

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Caio Zanin

**O GUARDIÃO DA HISTÓRIA: a noção de prova na
historiografia de Carlo Ginzburg de 1991 a 2006**

PORTO ALEGRE – RS

2009

CAIO ZANIN

**O GUARDIÃO DA HISTÓRIA: a noção de prova na
historiografia de Carlo Ginzburg de 1991 a 2006**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado, como requisito à
finalização do curso de História, ao
Departamento de História da
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, sob a orientação do
Prof. Dr. Temístocles Cezar.

UFRGS

Departamento de História - IFCH

Porto Alegre – RS

2009

“I’ve got to get back to the typewriter, I thought. Art takes discipline. Any asshole can chase a skirt. I drank, thinking about it.”

Charles Bukowski, *Women* (1978)

ÍNDICE

<i>Agradecimentos</i>	1
<i>Resumo / Abstract</i>	2
INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO I	
I. A formação da prática historiográfica moderna: os antiquários e a filosofia da história.....	11
II. A noção de prova 1: a verdade, a prova, o juiz, o historiador.....	25
CAPÍTULO II	
I. Os “pós-modernistas cépticos”.....	31
II. A noção de prova 2: o guardião da história versus os “pós-modernistas cépticos”...	42
CONCLUSÃO	47
BIBLIOGRAFIA	56

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, aos professores que aceitaram participar da banca examinadora – Mara Rodrigues e Anderson Zalewski Vargas – deste, infelizmente, não tive a oportunidade de ser aluno. As considerações – elogios, dicas e críticas – tecidas pelos dois serão de grande ajuda se eu decidir aprofundar esta pequena pesquisa. À professora Mara Rodrigues, especialmente, pelo incentivo desde o início deste projeto, quando me permitiu desenvolver parte dele em uma disciplina cujo tema apenas tangenciava o que desenvolvi nestas páginas. Além das valiosas dicas e da diligência na disposição para a discussão do assunto. Saudosamente, agradeço ao professor Luiz Alberto Grijó pelas primeiras correções e leituras das diversas versões do projeto que se transformou no texto aqui apresentado.

Somente minha gratidão posso oferecer em troca da gentil contribuição do professor Temístocles Cezar na orientação, na indicação de possíveis caminhos e por me deixar participar, como monitor, da disciplina de Teoria II, na qual pude desenvolver todos os aspectos desta investigação e, de certa forma, testar meus conhecimentos.

Um muito obrigado a meus pais, Ricardo Pandolfo e Nilza Zanin, pelo suporte material, afetivo e por acreditarem que essa coisa de ser historiador pode dar certo. À Marina Bregles pelos alegres incentivos, por revisar obsequiosamente os textos e por tentar evitar meus inevitáveis erros gramaticais.

Por último, agradeço à Maria Joana, companhia onipresente.

Porto Alegre, dezembro de 2009.

Resumo

O presente trabalho discute o pensamento histórico de Carlo Ginzburg. Desde 1960, o historiador italiano marca seu território no debate historiográfico com inúmeras obras inovadoras. Entretanto, minha investigação se concentra nos escritos publicados a partir de 1991. O problema central desta pesquisa é analisar como se desenvolve o pensamento histórico de Carlo Ginzburg por meio da formulação do conceito de prova, que o permite afirmar uma forma de fazer história e se contrapor a outras. Meu objetivo específico é, portanto, rastrear a noção de prova, que são duas: a primeira é baseada na analogia entre o juiz e o historiador; a segunda, delineada a partir de uma releitura da *Retórica* de Aristóteles. Meu objetivo geral é examinar quais modificações as contribuições de Ginzburg operam no conceito moderno de história, no entendimento de Reinhart Koselleck e Hannah Arendt. Destaco também a reivindicação de Ginzburg por uma cientificidade *sui generis* da história, bem como sua oposição aos chamados “pós-modernistas cépticos”, inimigos de tal cientificidade.

Abstract

The present work discuss Carlo Ginzburg's historical thought. Although, since 1960, the italian historian marks his territory within the historiographical debate with innumerable innovative books, my investigation concerns only the writings post 1991. The main problem of this research is to analyse how Ginzburg's historical thought is developed through the concept of proof, which permits him to affirm a form of history and to stand against other forms. My specific objective is therefore to trail the notion of proof, which are two: the first is based on the analogy between the judge and the historian; the second is draw by an interpretation of Aristotle's *Rhetoric*. My general aim is to examine the modification that Ginzburg's contributions operate within the modern concept of history, exposed by Reinhart Koselleck and Hannah Arendt. I also emphasize Ginzburg's claim for the history *sui generis* scientificity as well as his opposition to the so-called “skeptical post-modernists”, enemies of this scientificity.

INTRODUÇÃO

Imagine a existência de um reino das ciências. No centro de seu castelo, a rainha ciência pousaria soberana em seu trono; dispersos pelo castelo, diversos aposentos, um para cada ciência constituída. A disposição interna dos móveis, decorações e demais elementos de cada aposento representaria as especificidades, as formas e o modo de proceder – enfim, a verdade - de cada ciência. Suponhamos que a História tenha seu espaço reservado nesse reino. De prontidão, na entrada do vasto quarto da História, figuraria um diligente historiador; o guardião da História. Munido dos mais detalhados argumentos, ele estaria clamando por uma disposição única e particular dos componentes do espaço que defende; uma cientificidade *sui generis*, sedenta de verdade...

Imaginações, suposições, metáforas, coisas inventadas, ficções nunca, ou pouco, foram o objetivo da historiografia e há não muito tempo tornaram-se um possível objeto de seus estudos. Porém, a condição destas mesmas fábulas e, conseqüentemente, o estatuto da verdade histórica, aliados a outros temas, passaram a integrar, a partir da década de 1970, o centro de calorosos debates nos ambientes historiográficos estadunidenses e europeus.

A presente pesquisa trata apenas de uma parte específica dessa discussão historiográfica ainda inconclusa. Seu tema é o pensamento histórico de Carlo Ginzburg. Mas como o nosso protagonista tem um currículo que pode suscitar inveja (a boa no meu caso), é preciso definir melhor um campo de trabalho em sua obra historiográfica, formular, dentro deste recorte, um problema de pesquisa e, além de justificá-lo, apontar caminhos para a sua resolução. Antes disso, contudo, são necessários alguns dados biográficos.

Carlo Ginzburg nasceu em Turim, na Itália, em 1939. A descendência judia de sua família – bem como a posição de esquerda assumida por esta, marcada, principalmente, pelo antifascismo – são duas características presentes na trajetória do historiador italiano. Seu pai, Leone Ginzburg, nascera na Rússia e, logo na infância, migrou para a Itália, onde trabalhou como crítico literário. Morreria em 1944, numa prisão em Roma controlada pelos nazistas. A mãe de Ginzburg, Natalia, é considerada

uma das maiores escritoras italianas do século XX. Falecera em Roma, no ano de 1991. A herança intelectual de Carlo Ginzburg é outro fator que pode ser reconhecido em sua obra, não só pela sua arguta erudição literária – incomum à maioria dos historiadores, mas também pelo agradável desenrolar de sua escrita.

Criado, portanto, em um ambiente intelectual bastante fértil e, ao mesmo tempo, em um espaço europeu talhado pelas chagas da segunda guerra mundial, o jovem Ginzburg decide cursar Letras e Filosofia na *Scuola Normale Superiore* em Pisa. Nessa instituição, ele entra em contato com dois historiadores – Delio Cantimori e Arsenio Frugoni - que iriam aguçar seu gosto e seu interesse pela história. Cantimori o fascina pelo modo paciente, detalhado de ler e analisar os textos; Frugoni, além de cativá-lo pela forma de pesquisar e pelo trato com os documentos históricos, é quem o incentiva a estudar a historiografia francesa dos *Annales*. É por meio desta que Ginzburg se depara com os escritos de Marc Bloch, assumidamente, um dos historiadores mais influentes em seu pensamento histórico.

Almejando ao ofício do historiador, a partir de 1960, Ginzburg passa a circular por instituições européias de pesquisa, dentre elas, o *Warburg Institute*, situado em Londres, citado recorrentemente com muita gratidão pelo historiador italiano. Em 1970, ele se torna *professore incaricato* na Universidade de Bolonha, onde leciona até 1988, quando é nomeado professor de Estudos sobre a Renascença Italiana na Universidade da Califórnia de Los Angeles (UCLA). Fica nos Estados Unidos até 2006, quando volta à instituição em que teve sua primeira formação – a *Scuola Normale* em Pisa, onde está até hoje – para ministrar aulas sobre cultura européia.

Mas não é só o fato de freqüentar prestigiosos centros acadêmicos que faz de Carlo Ginzburg um historiador digno de estudo. Desde a década de 1960, ele carrega em seu nome uma miríade de publicações que influenciaram assaz a historiografia. Todos devem concordar que seu nome soa familiar aos ouvidos de qualquer estudante de história atento hodiernamente. Suas principais obras, adotando um critério temático somente para fins explicativos, podem ser divididas em duas grandes partes: uma dedicada ao estudo da cultura, formando um grande diálogo entre história e antropologia; a outra dedicada a questões mais concernentes ao âmbito da teoria da história, que não se restringem, porém, só a esse campo. A primeira parte tem como títulos de destaque o ensaio *Feitiçaria e Piedade popular* (1961), mais duas pesquisas

de maior fôlego, *Os Andarilhos do Bem. Feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII* (1966) e *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição* (1976).¹ Os três textos tratados em conjunto operam uma teorização da relação entre cultura popular e cultura erudita, que, de instrumentos sociais na luta de classes, passam a ser entendidas como um complexo circular de infinitas trocas entre uma e outra. A tentativa de conclusão das indagações suscitadas por esses trabalhos apareceu com a publicação de *História Noturna: decifrando o sabá* (1989), em que a relação entre a morfologia e a história e as possibilidades narrativas abertas por ela são levadas ao ápice. Apesar disso, contudo, o problema da cultura e, mais especificamente, dos choques culturais estará sempre presente nas temáticas ginzburguianas. A segunda parte da obra de Ginzburg se inaugura com o ensaio *Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário* (1979)² em que são tecidos comentários sobre o caráter científico da história. A epistemologia da história vai assentar definitivamente seu espaço e sua necessidade para o trabalho do historiador italiano no ensaio *Provas e Possibilidades* (1984)³, que figura como posfácio da edição italiana do livro de Natalie Zemon Davis, *O retorno de Martin Guerre*. Daqui a pouco, apresentarei as condições que esses dois textos colocam à minha pesquisa. Todavia, agora, já estabelecido um suporte mínimo de informações, a minha tarefa é delimitar o problema da minha pesquisa.

De 1991 a 2006, Carlo Ginzburg enveredar-se-á ainda mais nos caminhos da teoria da história. Tal período compreende cinco livros: *The Judge and the Historian: marginal notes on a late-twentieth century miscarriage of justice* [O Juiz e o Historiador: notas marginais de um caso de injustiça do final do século XX] (1991)⁴; *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância* (1998); *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa* (2000); *Relações de Força: história, retórica, prova* (2002); *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício* (2006). O trabalho que aqui segue concentra-se nessas cinco obras. Há dois motivos para tanto. Primeiro: a obra de

¹ O subtítulo original em italiano é “Il cosmo di un mugnaio del ‘500”.

² O ensaio surge de um debate em uma conferência intitulada “Humanidades e pensamento social” em 1977. No ano seguinte, é publicado em forma de artigo (14 páginas) na Rivista di storia contemporanea com o título *Spie: radici di un paradigma scientifico* (“Sinais: raízes de um paradigma científico”). Em 1979 o artigo é ampliado e publicado em uma coletânea, *Crisi della ragione* (Crise da razão). Finalmente, em 1986, o ensaio apareceu na coletânea de Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais*, em uma versão maior e acrescida de mais notas bibliográficas. Cf. ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 333.

³ A versão deste ensaio que usarei sempre é a contida no apêndice de GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁴ Sem tradução para o português.

Ginzburg até 1991 já fora suficientemente analisada por Henrique Espada Lima no estudo *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades* (2006).⁵ O ponto temporal limite de Espada Lima, 1991, é o meu ponto de partida. Segundo motivo: É nesta parte que está o objeto principal do meu problema de pesquisa. Com exceção de *The judge and the historian* (que pode ser considerado um longo ensaio), todas as demais publicações são coletâneas de ensaios. Não é minha intenção, de forma alguma, esgotar a gama de temas e indagações que podem ser extraídas das reflexões contidas nesses textos. Meu problema é como se desenvolve o pensamento histórico de Carlo Ginzburg a partir da formulação da noção de prova, que o permite afirmar uma forma de fazer história e se contrapor a outras. Antes de estabelecer como tentarei resolver o problema e quais instrumentos teóricos ser-me-ão úteis, duas condições para o meu trabalho devem ser explicitadas.

A primeira delas é colocada pelo texto *Sinais*, em que Ginzburg justifica teoricamente o seu próprio modo de pesquisar.⁶ A partir de então, o autor traça o nascimento de um modelo epistemológico de raízes pré-históricas que se infiltrou no desenvolvimento das ciências humanas no final do século XIX,⁷ e que muda radicalmente o caráter da história como ciência. Este modelo é o “paradigma indiciário”. Não me deterei aqui em seus detalhes, basta afirmar que, levando seus postulados em conta, a cientificidade da história torna-se particular, idiossincrática, pois suas afirmações são conjecturais, prováveis, mas nem por isso perdem sua capacidade de atingir a verdade histórica. A história, em suma, é construída por “critérios de cientificidade *sui generis*, baseados na consciência comum, na noção de prova”.⁸ Nesse sentido, posso admitir que investigar a noção de prova é perceber como Ginzburg aprofunda as características do “paradigma indiciário” e de sua relação com a história. Essa idéia é reforçada, também, pelo fato de que as asserções contidas em *Sinais* sempre alimentaram “subterraneamente” o trabalho do historiador turinense.⁹

⁵ Praticamente todas as informações biográficas e historiográficas sobre Ginzburg apresentadas até aqui foram retiradas desta obra. Mais especificamente do capítulo “*Con il poco farete assai: a microstoria di Carlo Ginzburg*”.

⁶ GINZBURG, Carlo. “Prefácio”. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁷ GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”, p. 143.

⁸ GINZBURG, Carlo. “Provas e possibilidades”. In: *O fio e os ratos*, p. 312.

⁹ GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 14.

A outra premissa que se impõe ao meu estudo, ligada à primeira, corresponde ao fato de que praticamente todos os ensaios do período que analisarei vão de encontro aos ataques dos chamados “pós-modernistas cépticos” à cientificidade única – mas que não evita a multidisciplinaridade, muito pelo contrário – da história.¹⁰ As controvérsias geradas pelas teses revisionistas que negam a existência da *Shoah* e pelas teses desconstrucionistas que negam as distinções entre narrativas históricas e narrativas ficcionais atingiram em cheio os espaços de discussão da historiografia, culminando em um congresso realizado em Los Angeles, na UCLA, de 25 a 29 de abril de 1990, quando Carlo Ginzburg, Hayden White e outros intelectuais deliberaram sobre as implicações políticas, morais e cognitivas das teses correntes, apresentando pontos de vista variados.¹¹

Proponho, metodologicamente, como um possível caminho para resolver o problema, perseguir a noção de prova nos escritos contidos no recorte temporal efetuado, o que me coloca dois objetivos específicos, isto é, definir as duas noções de prova formuladas por Ginzburg. A primeira é baseada na velha, porém esquecida, analogia entre o juiz e o historiador; a segunda fundamenta-se em uma releitura da *Retórica* de Aristóteles, em que Ginzburg coloca a prova no centro da discussão sobre a retórica em contraposição à retórica puramente estilística dos “pós-modernistas cépticos”. Além destes objetivos específicos, tenho um objetivo mais geral que pretende definir quais as relações e implicações da noção de prova para o pensamento histórico de Carlo Ginzburg e para o conceito de história. Isso traz a necessidade de estabelecer um quadro teórico.

Meu marco teórico insere-se no desenvolvimento do conceito moderno de história formulado por dois autores: Hannah Arendt, no ensaio *O conceito de história – antigo e moderno*; e Reinhart Koselleck, no livro *historia/Historia (Geschichte. Historie)*.¹² As duas análises são bem diferentes, entretanto levam-nos a características semelhantes do conceito moderno de história.

¹⁰ Cf. GINZBURG, Carlo. “Introdução” e “Provas e possibilidades. In: *O fio e os rastros*.

¹¹ O congresso chama-se *The Extermination of the Jews and the Limits of Representation*. Cf. FRIEDLANDER, Saul (org.). *Probing the Limits of Representation. Nazism and the “Final Solution”*. Cambridge, Mass., 1992.

¹² ARENDT, Hannah. “O conceito de História – antigo e moderno”. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Perspectiva, 2005. KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madrid: Trotta, 2004.

Hannah Arendt divide seu ensaio em três partes: história e natureza; história e imortalidade terrena; história e política. Em cada uma delas, Arendt demonstra as experiências que subjazem às modificações do conceito de história, bem como os pensadores que designaram sua forma. A concepção moderna da história nasce no período intermediário entre a queda da cristandade e a idéia de imortalizar-se fora das categorias religiosas. A busca de um âmbito estritamente secular para a imortalização duradoura, a permanência perene dos humanos na terra é o conteúdo do moderno conceito de história. A vida, estabelecida em um processo global infinito tanto no passado quanto no futuro, é o que diferencia o ser humano do animal, para o qual a espécie seria a categoria equivalente à história.

Reinhart Koselleck traça um outro caminho para a evolução do moderno conceito de história, mas chegando a algumas conclusões parecidas às da filósofa alemã, como a centralidade e a importância das idéias de processo e de filosofia da história na concepção moderna. O historiador alemão analisa as mutações semânticas dos vocábulos *geschichte* (a história acontecida, efetiva) e *historie* (a narração da história) ocorridas no final do século XIX na França e na Alemanha principalmente. O termo *geschichte* aglutinou todas as histórias individuais formando um substantivo coletivo singular, a história. Tal modificação partiu de uma reivindicação pelo conhecimento da realidade efetiva, pela vontade de captar a história por si e em si, além de implicar um maior grau de pretensão de verdade e a criação de um conceito para a fundamentação da ilustração histórica. A história (*geschichte*) é agora seu próprio sujeito e tem a história (*historie*) como sua condição e sua possibilidade. A fusão entre *geschichte* e *historie* acarreta uma reflexividade única para a história representada pelo primeiro termo.¹³

Esse quadro bruto traçado a partir das argumentações de Koselleck e Hannah Arendt deixou muitas especificidades de fora. Explicitarei algumas delas no decorrer do texto quando for necessário. Entretanto, já é possível, por meio dele, abordar o entendimento do conceito moderno de história de Carlo Ginzburg. Sabemos que o historiador italiano concebe, na linha de Arnaldo Momigliano, a obra de Edward Gibbon como a primeira representante efetiva da prática historiográfica moderna ao fundir a história filosófica à la Voltaire e as técnicas de pesquisa do antiquariado.¹⁴

¹³ KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*, p. 27-46.

¹⁴ GINZBURG, Carlo. “Descrição e citação”. In: *O fio e os rastros*, p. 25. Ginzburg cita esta passagem também em outros ensaios.

Cabe, então, explorar, além da noção de prova, o desenvolvimento dessas questões na obra de Ginzburg, a fim de rastrear as características de sua concepção da história.

O corpo de meu texto está dividido em dois capítulos. Cada um deles, por sua vez, contém dois subcapítulos. O primeiro capítulo investiga os dois pilares da prática historiográfica moderna no entendimento de Ginzburg e Momigliano: o antiquariado e a filosofia da história. Tentarei delinear os principais caracteres, o papel histórico de cada um deles, seus modos de integração e de distanciamento com a historiografia, até seu ponto de entrelaçamento na obra de Gibbon. Acredito que esta exposição clareará alguns fundamentos da pesquisa histórica praticada por Carlo Ginzburg. Além disso, este primeiro capítulo apresenta a noção de prova número um baseada na analogia do uso da prova entre o juiz e o historiador. No segundo capítulo, será analisado aquilo que Ginzburg classifica como o “pós-modernismo céptico”. Quem são seus representantes? Quais são suas principais premissas e teses? Quais implicações elas acarretam ao trabalho do historiador? Essas são algumas das questões que me esforçarei para responder. Vale lembrar que reconstruirei tudo isto majoritariamente com base nas proposições de Ginzburg, pois não é meu objetivo colocar frente à frente as argumentações de cada um dos “pós-modernistas cépticos” e as do historiador italiano. Em seguida, a noção de prova número dois será apresentada, porquanto ela está concatenada ao “pós-modernismo céptico”, visto que se opõe à concepção de retórica posta em voga por eles – a retórica puramente estilística – quando Ginzburg coloca a prova no centro da retórica, à luz de suas interpretações da *Retórica* de Aristóteles.

Como o leitor pode notar, escreverei muito sobre Ginzburg, mas pouco sobre a micro-história. Isto parece paradoxal, tendo em vista a dialética que há entre os dois. Não há Ginzburg sem micro-história, assim como não há micro-história sem Ginzburg. Os dois se implicam histórica e historiograficamente. É curioso o fato de que Ginzburg só tenha ouvido falar sobre o termo micro-história poucos anos depois de ter escrito *O Queijo e os Vermes*, texto considerado como um dos divulgadores máximos da micro-história.¹⁵ No entanto, de forma nenhuma considero que o historiador italiano tenha deixado de refletir sobre a micro-história. Penso que as formas de Carlo Ginzburg praticar a micro-história se modificaram e são reavaliadas continuamente nos ensaios do período que analisarei.

¹⁵ GINZBURG, Carlo. “Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito”. In: *O fio e os rastros*, p. 249.

É visível a inexistência de estudos sobre a obra de Ginzburg do período que pretendo estudar. A única exceção é um artigo de Henrique Espada Lima (mais uma vez), *Narrar, pensar o detalhe: à margem de um projeto de Carlo Ginzburg*, em que o autor indica a noção de prova “como eixo central de uma longa discussão que colocava, mais uma vez, as dimensões políticas e cognitivas do trabalho do historiador em evidência”¹⁶, corroborando com o meu objetivo de pesquisa. O artigo de Espada Lima, contudo, vai muito além da questão da prova ao perceber os primeiros sinais de um ambicioso projeto do historiador italiano:

[...] uma crítica da linguagem historiográfica que seja capaz de incorporar aos recursos dos historiadores as lições contidas no desafio que a literatura moderna e o cinema – as conquistas narrativas do século XX – fizeram e fazem às formas de raciocinar e comunicar que forjam os trabalhos dos historiadores de hoje.¹⁷

Pode-se delegar a razão de tal inexistência de pesquisas justamente ao fato de, na maioria das vezes, estudarmos a obra de Ginzburg inseparavelmente da micro-história. Entretanto, acredito que, além do caráter extremamente recente da obra que investigarei, as suas incursões decisivas e as possíveis reformulações que elas operam no próprio conceito de história ou na prática historiográfica (sem tratar estas duas expressões como sinônimas, apesar de admitir seu entrelaçamento) são obnubiladas, pois compõem apenas uma pequena parte de um imenso debate historiográfico contemporâneo que, por ter dado somente os primeiros passos, está ainda muito vivo no presente dos historiadores e no daqueles que alimentam o gosto pela história para que se possa ver seu horizonte definido.

Espero, além ou aquém de toda esta opacidade, contribuir com a discussão. Modestamente.

¹⁶ ESPADA LIMA, Henrique. *Narrar, pensar o detalhe: à margem de um projeto de Carlo Ginzburg*, p. 108.

¹⁷ *Ibid.*, p. 111.

CAPÍTULO I

I – A formação da prática historiográfica moderna: os antiquários e a filosofia da história

Como registrei na introdução, Ginzburg, na esteira de Arnaldo Momigliano, considera que a historiografia moderna concretiza-se pela primeira vez na obra de Edward Gibbon, *Declínio e Queda do Império Romano*, de 1776, quando o historiador inglês funde as técnicas de pesquisa do antiquariato com um princípio de história filosófica burguesa. Na primeira parte deste capítulo, portanto, tentarei definir estes dois pilares a partir de uma reconstrução breve, analisando o decorrer destas duas experiências temporais até seu ponto de tensão no século XVIII, quando – usando uma metáfora arquitetônica – os dois pilares se curvam para formar um só monumento, um arco. Serão privilegiadas, no caso do antiquariato, as hibridizações entre essa prática como disciplina particular e a escrita da história vigente a partir do século XVI. Porém, veremos sua caracterização desde o seu surgimento, no período helenístico. No caso da filosofia da história, concentrar-me-ei em seu papel político no século XVIII, privilegiando a filosofia da história burguesa e suas implicações para o conceito de história. Quero evidenciar com essa análise alguns princípios técnicos e morais da prática historiográfica de Carlo Ginzburg e de que maneira, neste desenvolvimento da reflexão sobre a escrita da história, ele encontra um caminho que justifica suas considerações sobre a prova como um auxílio indispensável para o historiador na sua obstinação pela verdade.

Ajudar-me-ão nesta pequena empresa as contribuições de alguns ensaios de Arnaldo Momigliano e do próprio Carlo Ginzburg; as inventivas de um ensaio de Manoel Salgado Guimarães; bem como o divertido e informativo *What was History?* (2007) de Anthony Grafton que trata da historiografia dos artistas da história do século XVI. Além, é claro, dos referenciais teóricos que indiquei na introdução com o acréscimo de *Crítica e Crise* também de Reinhart Koselleck. Começarei pelo antiquariato.

A definição mais básica e sintética dos antiquários nos é oferecida por Arnaldo Momigliano. O antiquário é “o tipo de homem que se interessa por fatos históricos sem estar interessado na história”.¹⁸ O antiquário olha para um artefato qualquer e procura extrair detalhadamente toda carga de passado que ele pode revelar. O saber antiquário, contudo, basta-se por si só. Do artefato, ele só retira o fato, deixando de lado as razões que o precederam e suas possíveis implicações futuras. Num ensaio sobre Montaigne¹⁹, Ginzburg clarifica um pouco mais a idéia do olhar antiquário. No ponto 8 de seu ensaio, ele explica como Montaigne constatara a inautenticidade de uns versos de Virgílio ao atentar para a forma das letras do manuscrito. Montaigne não era um modelo de antiquário, porém sua “ilimitada curiosidade por tudo o que era concreto, específico, singular”²⁰ aproximava-o inexoravelmente do modo de conhecer das práticas antiquárias.

Voltando às considerações de Momigliano, vê-se a configuração de tal olhar antiquário já no período helenístico. Entretanto, ele era expresso por noções vagas como *doctus*, *eruditus*, *litteratus* que designavam formas de conhecer o passado que não estavam ligadas a historiografia.²¹ A tese de Momigliano é que “o nascimento da pesquisa erudita coincidiu com a criação do pensamento político por Tucídides... nos últimos trinta anos do século V a.c.”.²² A etnologia e a genealogia que, de alguma forma, integravam a historiografia de Heródoto foram relegadas exclusivamente ao campo de estudos da pesquisa erudita, pois, com Tucídides, somente os eventos políticos poderiam ser objeto da escrita da história. Por mais incrível que pareça, a partir dessa restrição ao conhecimento histórico, a erudição, que – como vimos até aqui – busca informações sobre o passado nos vestígios ainda restantes, foi destinada a permanecer por um tempo quase infinito – como veremos – separada daqueles que tinham como tarefa escrever a história. Ao ponto de Políbio poder afirmar que a

¹⁸ MOMIGLIANO, Arnaldo. “The Rise of Antiquarian Research”. In: *The classical foundations of modern historiography*. Los Angeles: University of California Press, 1990, p. 54: “[...]the type of man who is interested in historical facts without being interested in history”. Todas as traduções do trabalho, tanto do inglês quanto do espanhol, são minhas.

¹⁹ GINZBURG, Carlo. “Montaigne, os canibais e as grutas”. In: *O fio e os rastros*, p. 53-78.

²⁰ *Ibid.*, p. 76.

²¹ MOMIGLIANO, Arnaldo. “The Rise of Antiquarian Research”. In: *The classical foundations of modern historiography*, p. 60.

²² *Ibid.*, p. 62: “[...] my thesis that the rise of erudite research coincided with the creation of political thought by Thucydides [...] in the last thirty years of the fifteenth century B.C.”

erudição não era uma qualidade essencial, tampouco desejável, em um historiador.²³ A historiografia, agora eminentemente narração de eventos políticos e militares, colocava-se bem longe da erudição e do pouco gosto desta pela retórica.

As cinco principais linhas da erudição helenística eram: a) edição e comentários de textos literários; b) coleção de tradições antigas sobre cidades, rituais, santuários, deuses; c) cópias de inscrições e descrição sistemática de monumentos; d) compilação de biografias; e) definição de cronologias.²⁴ Dentre essas cinco, a descrição sistemática era a capacidade mais prezadas pelos eruditos, fator que, ao menos na Antiguidade Grega, deixou-os bem próximos à filosofia. Esse flerte tomou forma já na filosofia dos sofistas, chegando ao extremo na filosofia aristotélica, em que a empiricidade inerente à erudição tornou-se instrumento de conclusões filosóficas. Embora a sistematicidade tenha sido privilegiada pelos eruditos, já que ela pode ser vista como uma decorrência natural do caráter de suas pesquisas, a cronologia não a foi oposta como, por exemplo, nos debates entre antropologia e história no século XX. Inclusive, os primeiros estudos antiquários – a *archaiologia*²⁵ - contribuíram imensamente para a clarificação da cronologia do período grego por meio do estabelecimento da lista de vencedores dos jogos olímpicos, bem como dos espartanos.²⁶

Nos dois últimos séculos antes de Cristo e nos dois primeiros séculos depois dele, não houve muita inovação ou criatividade tanto na história quanto na erudição, e, durante a Idade Média nada de muito significativo ocorreu nesses dois âmbitos. Isso não quer dizer que os dois campos desapareceram seja em suas particularidades seja em seus emaranhados. A historiografia eclesiástica de Eusébio de Cesareia que floresceu no século IV usou amplamente a prática antiquária erudita para analisar inscrições e documentos a fim de justificar suas afirmações e, politicamente, exonerar os dissidentes internos e os perseguidores externos.²⁷ Entre a metade do século VII e o século XIV, a prática antiquária manteve-se inativa.²⁸ Contudo, os vindouros séculos da chamada

²³ *Ibid.*, p.59.

²⁴ *Ibid.*, p. 67.

²⁵ *Ibid.*, p.60.

²⁶ *Ibid.*, p.62.

²⁷ *Ibid.*, p. 69; cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. “Ecclesiastical Historiography”. In: *The classical foundations of modern historiography*; cf. GRAFTON, Anthony. *What was history?* Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 110-12.

²⁸ MOMIGLIANO, Arnaldo. “Ecclesiastical Historiography”. In: *The classical foundations of modern historiography*, p. 70. “The cultivation of systematic antiquarian research was in abeyance from the middle of the seventh century to the fourteenth century”.

Renascença trouxeram de volta o antiquarianismo como uma prática independente, que objetivava o conhecimento da cultura antiga clássica e, ao mesmo tempo, podia definir as primeiras identidades nacionais, remetendo a descendência aos tempos áureos dos antigos.²⁹ Vale a pena, nesse sentido, mostrar alguns poucos contatos entre a escrita da história e o antiquarianismo durante os séculos XVI, XVII e XVIII.

Ainda no século XIV, Petrarca e Poggio alimentaram o retorno das primeiras pesquisas antiquárias ao examinarem, detalhadamente, inscrições, monumentos e documentos com uma grande dose de olhar erudito.³⁰ “Os antiquários, com sua paixão pela informação exata sobre objetos materiais e inscrições, clamaram por novos níveis de precisão no trabalho de pesquisa e nos detalhes da apresentação”.³¹ As técnicas antiquárias foram, aos poucos, infiltrando-se no modo de escrever a história dos séculos XV e XVI, por meio de análises e traduções de obras dos historiadores antigos. O século XIV, no campo da historiografia, foi marcado pela discussão sobre a natureza e o valor da história, tendo como principais tópicos a tradição retórica de Cícero, as assertivas do ensaio de Luciano de Samósata sobre a história, e a velha oposição aristotélica entre poesia e história. A polêmica sobre a utilidade da composição de discursos (*speeches*) e sua inserção nos escritos históricos colocou dúvidas quanto à capacidade da retórica de abranger os objetivos da historiografia, delegando à questão dos discursos uma qualidade ambígua. Ao mesmo tempo em que integrar discursos construídos artística e retoricamente feria o princípio o qual o historiador tem como objetivo contar a verdade, assumido ora por Cícero – cuja obra compatibilizava totalmente história e retórica – ora por Luciano; esse mesmo instrumento servia, na visão de Lorenzo Valla, para reforçar o poder de convencimento da escrita da história, já que os discursos, se bem modelados de acordo com as regras da retórica, seriam capazes de transportar o leitor à própria cena do acontecimento, colocando-a em frente aos seus olhos.³² É importante assinalar que foi o mesmo Valla, de acordo com Ginzburg, quem efetuou uma fratura na forma de investigação da história ao constatar, em 1440, a falsidade da Doação de Constantino, por meio da retomada da noção de

²⁹ MOMIGLIANO, Arnaldo. “The Rise of Antiquarian Research”. In: *The classical foundations of modern historiography*, p. 71.

³⁰ *Ibid.*, p.70; cf. GRAFTON, Anthony. *What was history?*, p. 83-4.

³¹ *Ibid.*, p. 84: “The antiquarians, with their passion for exact information about material objects and inscriptions, called for new levels of precision in both the work of research and details of reporting”.

³² Para toda esta discussão cf. GRAFTON, Anthony. “Part II: the historian’s speeches: rhetorical decorum as a hermeneutical tool”. In: *What was history?*, p. 34-48.

prova contida nas considerações de Quintiliano sobre a retórica, cujas bases, ao menos indiretas, estavam na *Retórica* de Aristóteles.³³

A escrita da história na Europa do século XVI foi marcada, como demonstram as úteis pesquisas de Anthony Grafton, pelas *artes historicae*:

O gênero da *artes historicae* emergiu de raízes profundas no pensamento antigo e do século XV, moldaram-se de maneira clara na metade do século XVI, e assumiram uma forma canônica de 1576 a 1579, quando o jurista Johanness Wolf publicou sua influente antologia, a *Artis historicae penus*.³⁴

A imprensa, no século XVI, difundia-se velozmente pelas cidades européias e o nível de comunicação e de quantidade de informação disponível aumentava consideravelmente. E já em 1455, na sua aula inaugural na Universidade de Roma, Lorenzo Valla pôde usar o termo “Europa”, talvez de forma inédita, “numa acepção cultural e não meramente geográfica”.³⁵ Mais de 50 anos depois, Lutero pregava suas 95 teses na igreja do castelo de Wittenberg, abalando a hegemonia cristã e, com efeito, talhando o espaço europeu com as guerras religiosas que viriam oportunamente. Por último, os contatos com o Novo Mundo e os inúmeros relatos de viajantes proporcionavam o reconhecimento de diferentes modos de viver. *A ars historica* é filha deste tempo e receberá, quiçá hereditariamente, as marcas deixadas por ele. Vejamos, antes de atestar tais marcas, os fatores mais diretos que influenciaram a emergência da *ars historica*. Em 1548, o filósofo-antiquário italiano e comentador de textos, Francesco Robortello, publica o primeiro tratado formal e sistemático sobre a história, a *De historica facultate disputatio*, em que realçava a necessidade das técnicas antiquárias para o trabalho do historiador, não esquecendo da imprescindibilidade da retórica para a eloquência do escritor da história. Grafton cita uma passagem em que Robortello mostra como Tucídides serviu-se da análise de uma inscrição, um dos instrumentos mais usados pelos antiquários ou pela pesquisa erudita no caso da Grécia Antiga, para provar

³³ GINZBURG, Carlo. “Lorenzo Valla e a doação de Constantino”. In: *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 64-79.

³⁴ GRAFTON, Anthony. *What was history?*, p. 21: “The genre of the *artes historicae* grew from deep roots in ancient and fifteenth-century thought, took a clear shape in the middle of the sixteenth century, and assumed canonical form in the years from 1576 to 1579, when the jurist Johanness Wolf published his influential anthology, the *Artis historicae penus*”.

³⁵ GINZBURG, Carlo. “Lorenzo Valla e a doação de Constantino” In: *Relações de força*, p. 78.

que Hípias fora um tirano em Atenas.³⁶ Guardemos o nome de Robortello e a passagem sobre Tucídides, pois logo eles aparecerão, porém com um outro fim, em minha narrativa. Três anos após o intento de Robortello, o escritor francês Christophe Milieu lança a idéia que culminou na “Historia Litteraria” – “the history of letters”, cujo escopo era a história da natureza, das artes, dos Estados, das formas de aprendizado, da cultura em geral.

Os fatores expostos acima, tanto os conjunturais quanto os mais diretos, implicaram decorrências que, ao se complementarem ou se relacionarem de alguma forma, determinaram as características das *artes historicae*. Qual instrumento seria melhor do que a sistematicidade dos antiquários para tentar dar conta do alto fluxo de informações que circulavam e chegavam à Europa? Essas descrições e estudos sobre a cultura e as idiossincrasias de outros povos possibilitavam a abrangência de populações não-européias na escrita dos artistas da história. Aqui também a curiosidade do olhar antiquário pôde servir como a mais apta ferramenta. O esforço de formalização da investigação sobre o passado refletiu-se, por exemplo, na divisão do que o francês Jean Bodin efetuou na história, repartindo-a em *historia humana*, *historia divina* e *historia naturalis*.³⁷ Nesse mesmo caminho, François Bauduin e Francesco Patrizi clamavam pela *historia integra*, “uma disciplina que procura fundir a precisão antiquária, no uso da citação e da evidência, com a narrativa formal”³⁸, e, por isso, precisavam usar amplamente as mais diversas fontes que eram disponibilizadas pela revolução cultural européia. A relação das *artes historicae* com as práticas antiquárias forneceu à reflexão sobre a escrita da história no século XVI pelo menos três qualidades ligadas entre si: a leitura das fontes deveria ser crítica e a *ars historica* uma disciplina majoritariamente hermenêutica³⁹; a análise das fontes, além de crítica, deve ser pautada pela sistematicidade; a curiosidade antiquária alargou o escopo do historiador, que se via rodeado por um maior número de registros sobre o seu passado e o de populações diferentes da sua.

³⁶ Sobre Robortello, cf. GRAFTON, Anthony. *What was history?*, p. 23-4; cf. também GINZBURG, Carlo. “Descrição e citação”. In: *O fio e os rastros*, p. 25.

³⁷ GRAFTON, Anthony. *What was history?*, p. 28.

³⁸ *Ibid.*, p. 134. “a discipline that manages to fuse antiquarian precision in the use and citation of evidence with formal narrative”. Sobre a *historia integra* cf. p. 29, 133-34, 200.

³⁹ *Ibid.*, p. 32.

As transformações do início do período moderno na Europa modificaram também o sentido do passado. Isso apareceu, por exemplo, na *ars historica* de Bauduin, para quem a história deveria ter dois olhos: o olho do tempo, indicador de uma cronologia; e o olho do espaço, que supõe uma geografia.⁴⁰ Com esta assertiva, Bauduin propõe que o objeto de estudo seja colocado em seu próprio tempo e espaço para captar sua noção nas circunstâncias em que ele fora concebido, isto é, em seu contexto. E Grafton adverte:

[...] a convertibilidade do tempo e do espaço – comumente pensada como uma descoberta ou invenção do Iluminismo escocês – estava ligada ao crescimento do conhecimento antiquário e à nova escrita de viajantes do início do período moderno.⁴¹

Um exemplo dessa convertibilidade do tempo e do espaço vem, mais uma vez, de Bauduin. Diante da variedade de leis e de corpos jurídicos existentes ao longo da duração da sociedade romana antiga, ele indica a utilidade de realizar uma cronologia de tais leis. Somente historicizando os tipos de leis seria possível determinar as condições temporais de cada uma delas, suas repercussões e seus plurais destinos.⁴²

Apesar da série de novas proposições que as *artes historicae* colocaram ao trabalho do historiador, ou do artista da história, elas declinaram e perderam muito de sua fama por motivos tanto internos quanto externos.⁴³ Deter-me-ei em apenas um deles, porquanto este demonstra a existência de problemas na apreensão das técnicas antiquárias quando aplicadas à tarefa de escrever a história. Os artistas da história ainda estavam totalmente imersos no antiquíssimo *topos* da *historia magistra vitae*.⁴⁴ Este assinalava que:

[...] a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, nas palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em

⁴⁰ *Ibid.*, p. 92.

⁴¹ *Ibid.*, p. 121: “[...] the convertibility of time and space – often thought of as a discovery or invention of the Scottish Enlightenment – was bound up with the rise of antiquarian scholarship and the new travel writing of the early modern period”.

⁴² *Ibid.*, p. 72-74.

⁴³ *Ibid.*, cf. Chapter 4, “Death of a genre”, p.189-254.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 240.

vez de incorrer, no presente, nos erros antigos. Assim, ao longo de cerca de 2 mil anos, a história teve papel de uma escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros.⁴⁵

Os artistas da história guiados, portanto, por tal *topos*, acreditavam que a história deveria ter uma função pragmática, fornecendo ensinamentos políticos do mais alto valor. O desenvolvimento das linhas confessionais protestantes e seus envolvimento políticos também intensificaram a função do *topos* nas *artes historicae* e praticamente nenhum artista da história permaneceu imune às acusações de partidarismo.⁴⁶ De forma mais contundente, a relação dos artistas da história com as práticas antiquárias foi bastante abalada pela história concebida como *magistra vitae*, porquanto os caminhos e detalhes avaliados pela leitura crítica das fontes eram pouco úteis ao pragmatismo.⁴⁷ Por último, o domínio da *historia magistra vitae* manteve a *ars historica* confinada nos limites da tradição retórica de Cícero, fator que privilegiava a inserção dos ornamentos retóricos em detrimento da reprodução fiel aos documentos empregada pelas técnicas antiquárias.⁴⁸

Vimos até aqui o nascimento da pesquisa erudita na época helenística e o seu desenvolvimento aliado às reflexões historiográficas, passando – rapidamente – pela história eclesiástica, pelas discussões sobre retórica e história que caracterizaram o século XIV e XV, juntamente com o florescimento das práticas antiquárias, as quais se amalgamaram, não totalmente, na *ars historica* do século XVI. Este percurso auxiliou a forjar uma imagem mais ou menos ideal do antiquariato, à qual remeti no início do capítulo através da metáfora do “olhar antiquário”.

Durante o século XVII e XVIII, as lutas teóricas para uma definição da prática historiográfica e, em parte, para o estabelecimento de um conceito de história foram não menos numerosas. Nos seiscentos, os debates pirronianos (*débauches pyrrhoniennes*) assentaram-se nos espaços de discussão em que a história também figurava. Os métodos históricos, segundo Ginzburg e Momigliano, ajudaram a fortificar as certezas da história. Calcados na concretude de objetos como moedas, medalhas, inscrições, os

⁴⁵ KOSELLECK, Reinhart. “Historia Magistra Vitae”. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 42.

⁴⁶ GRAFTON, Anthony. *What was history?*, p. 231.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 245.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 230-35.

especialistas em Antigüidade espantaram o espíritos cético dos *libertins érudits* (libertinos eruditos) – como Gabriel Naudé e La Mothe Le Vayer – que viam a história como uma atividade sem importância, portadora de uma visão infalivelmente partidária. O pirronismo histórico dos libertinos eruditos era alimentado pelas traduções latinas dos textos de Sexto Empírico (feitas por Henri Estienne ainda no século anterior), “fonte principal sobre o ceticismo antigo”⁴⁹. O debate sobre o pirronismo histórico, pode-se dizer, foi um episódio importante da *Querelle des Anciens et des Modernes* (Querela entre Antigos e Modernos), como ficou conhecida na França, ou *The Battle of the Books* (A Batalha dos Livros), para os ingleses, que continuou repercutindo durante o século XVIII. Tal acontecimento se caracterizou por uma disputa pela forma de interpretação (conhecimento) do passado em que os partidários dos antigos “defenderiam a superioridade dos valores antigos, compreendidos em termos estéticos, filosóficos e literários, e consagrados num panteon de autores clássicos”; e, em contrapartida, os modernos defenderiam os valores de seu próprio tempo como superiores para avaliação do passado.⁵⁰

A partir do século XVIII, os filósofos iluministas desempenharam uma função decisiva nessa contenda. Tendo como instrumento a filosofia da história, eles minaram a imagem do conhecimento erudito antiquário⁵¹, influenciando decisivamente a visão do passado e, também, o conceito de história. Voltaire por exemplo, rechaçou o uso de notas de rodapé e, de certa forma, desprezou o gosto demasiado detalhista dos antiquários.⁵² Mas os esforços dos enciclopedistas não impediram que Edward Gibbon, em 1776, fundisse a história filosófica e as práticas antiquárias em sua obra, formando, consoante Momigliano e Ginzburg, a prática historiográfica no sentido moderno. Infelizmente, não especificarei como isso ocorreu de fato na obra de Gibbon, concentrar-me-ei, entretanto, no papel histórico da filosofia burguesa da história.

⁴⁹ Cf. GINZBURG, Carlo. “Paris, 1647: um diálogo sobre ficção e história”. In: *O fio e os rastros*, p. 85. Para mais informações sobre os “debates pirronianos” cf., desse mesmo ensaio de Ginzburg, p. 86-7; também de GINZBURG, Carlo. “Descrição e Citação”. In: *O fio e os rastros*, p. 24-5; cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. “The rise of antiquarian research”, p. 55-57.

⁵⁰ Cf. GUIMARÃES, Manoel Salgado, “Reinventando a tradição: sobre o Antiquariado e a Escrita da História” IN: *Humanas: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Vol. 23, no.1/2. Porto Alegre: IFCH, 2000, p. 117.

⁵¹ *Ibid.*

⁵² MOMIGLIANO, Arnaldo. “The Rise of Antiquarian Research”. In: *The classical foundations of modern historiography*, p. 75-77.

Para entender a filosofia da história burguesa é necessária a exposição de algumas premissas contextuais do Iluminismo. Segundo Koselleck, “O Absolutismo condiciona a gênese do Iluminismo, e o Iluminismo condiciona a gênese da Revolução Francesa”⁵³. Para tentar delinear uma bruta explicação desta máxima, poder-se-ia afirmar que o Absolutismo – entendido como um produto das guerras religiosas civis, as quais deixaram como herança a divisão do homem em “homem” e “súdito”, futuro pressuposto dos conceitos absolutistas de lei e de ordem estatal – criou um foro apolítico (pois a moral e a política estavam separadas) no interior de sua sociedade, em que se desenvolveram espaços e formas de organização – como a maçonaria e a República das Letras, exemplos fornecidos por Koselleck – que possibilitaram a emergência do pensamento iluminista. O Absolutismo condicionou a gênese do Iluminismo. Continuando, é possível ratificar que, detendo-se no caso da República das Letras, os pensadores iluministas – isso se deu precisamente a partir de Voltaire, na esteira de Bayle – usaram a separação entre moral e política para exercer uma crítica supostamente “intelectual” a instâncias como a Igreja e o Estado. A crítica de Voltaire – aparentemente apolítica, pois era realizada em um foro apolítico da sociedade – tinha de fato um significado político. O caráter apolítico da crítica é sua especificidade política. O Estado, a religião e as ordens religiosas são, gradativamente, minados pela crítica apolítica dos iluministas. O reino da crítica iluminista leva ao extremo a separação entre moral e política dentro do Estado Absolutista para se colocar como suprapartidário, dono de uma verdade imparcial, porque apolítico. Ao reivindicar sua neutralidade, os críticos, de fato partidários, transformam sua atividade em hipocrisia. Com Rousseau, a crítica iluminista estende-se abertamente ao rei, julgando-o como homem, em sua moralidade, aniquilando a prerrogativa absolutista que separava o “homem” do “súdito”. O poder do rei, no modo dualista de pensar do reino da crítica, é sempre um abuso do poder. Como homem que abusa do poder, o rei é um tirano. Sua tirania dirige-se contra a humanidade reivindicada pela moral iluminista. A crítica de Rousseau é, teoricamente, a morte do rei; a morte teórica do rei abre um estado de crise política. O Iluminismo condiciona a gênese da Revolução Francesa.

Mas qual o papel da filosofia da história diante de tais acontecimentos? O estado de crise expõe uma insegurança do futuro. Precisa-se, então, de uma decisão que, pela

⁵³ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 12-13.

natureza da crise, deve permanecer em aberto. Entretanto, o fim do estado de crise está próximo e é dado como certo. “A crise invoca a pergunta ao futuro histórico”⁵⁴. A filosofia da história é a resposta dos iluministas a este futuro histórico. Ela o planeja, decretando o fim certo e próximo da crise política. A filosofia da história, ao negar a facticidade histórica⁵⁵, dissimula a crise encobrendo seu caráter político e, por isso, agrava as tensões sociais. A filosofia do progresso e a certeza moral dos iluministas é o que garante o benefício que a revolução trará a humanidade. O desfecho da crise, que tem sua qualidade política encoberta pela filosofia burguesa da história, nunca pode ocorrer hoje, contudo é totalmente certo que ele virá amanhã e de uma forma muito melhor. O futuro que nunca chega é sempre melhor que o passado e o presente ofuscados. A filosofia burguesa da história é utópica. No século XIX, outros movimentos servir-se-ão da filosofia da história. O comunismo de Marx e Engels e o anarquismo de Proudhon também eram dados como fatos certos do futuro histórico.

Voltemos, finalmente, ao nosso quase esquecido protagonista, Carlo Ginzburg, e consideremos o que foi dito até aqui para atestar, às vezes com pouca certeza, algumas características – relacionadas, respectivamente, à filosofia da história e ao antiquariato – da prática e das idéias do historiador italiano.

Na *Introdução de Relações de Força*, Ginzburg atesta:

Centenas de milhares de homens, mulheres e crianças morrem em consequência dos massacres, das epidemias e da fome, circundados pelos funcionários da ONU e vigiados pelas emissoras de televisão via satélite. Sob os olhos do Ocidente, o mundo está, de fato, se tornando uno: um mundo no qual a homogeneidade e diversidade cultural, subordinação e resistência se entrelaçam inextricavelmente.⁵⁶

Assim como no final do século XVIII, para os iluministas, a Europa absolutista estava em crise; hoje, para o historiador italiano, o mundo está em crise. Obviamente, as crises são bem diferentes. A hipocrisia, porém, ainda reina. Os meios de comunicação exibem a crise permanentemente, minuto a minuto, das mais variadas formas. O mundo foi *voyeurizado*. Órgãos que, no discurso trabalham para a tão sonhada paz, vêm de

⁵⁴ *Ibid.*, p. 111.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 16.

⁵⁶ GINZBURG, Carlo. “Introdução”. In: *Relações de Força*, p. 37-38.

perto os estragos da crise. Mesmo assim, as perspectivas de mudança parecem ser rarefeitas e o sentimento de que só há progresso no horizonte do animal humano continua a ser incutido. Há um pouco de *voyeur* em cada um de nós?

No entanto, a hipocrisia dos iluministas não pode ser aplicada à historiografia de Carlo Ginzburg. Denunciar ou expor a crise em seus escritos é assumir uma posição moral e política como historiador, visto que ele cita esses tristes fatos para indicar a inutilidade das asserções relativistas para explicar tal situação.⁵⁷ Mas se expor a crise é assumir uma posição moral, sob quais premissas a moral de Ginzburg se fundamenta? Difícil pergunta, enfrentemo-lá com calma e com alguns dados disponíveis:

Aceitar a existência de costumes e valores diversos dos nossos parece a muitos ato obrigatório; aceitá-los sempre e de qualquer maneira parece a alguns (entre os quais me incluo) intolerável. Pode-se adotar uma atitude pragmática, decidindo caso por caso: véu islâmico e infibulação são coisas bem diferentes. Mas até o véu islâmico, como se viu há alguns anos em França [...], levanta questões de princípio que não é possível ignorar. Temos o direito de impor nossas leis, os nossos costumes e os nossos valores a indivíduos provenientes de outras culturas?⁵⁸

Ao seguir a citação, vimos que Ginzburg pensa que se deve estabelecer um limite a certas práticas culturais, a infibulação (mutilação dos genitais femininos, para eliminar o prazer sexual), por exemplo. Todavia, mesmo a adoção do pragmatismo implica problemas. Penso que a posição moral de Ginzburg, pelo que foi exposto até aqui, caracteriza-se por uma “tolerância limitada”. Talvez, no entanto, seja possível ir um pouco mais além nesta análise.

Ainda na *Introdução de Relações de Força*, Ginzburg não aceita a frase de Montaigne sobre a vitória dos espanhóis sobre os indígenas da América.⁵⁹ Em 1989, na *Introdução de História Noturna*, Ginzburg aludia à possibilidade de seu estudo mostrar a existência de uma natureza humana.⁶⁰ Certa ocasião – mais recentemente – no ensaio *Feiticeiras e Xamãs*, é indicada a assertiva de seu amigo, Adriano Sofri, que comparava

⁵⁷ Esse ponto ficará mais claro no próximo capítulo.

⁵⁸ GINZBURG, Carlo. “Introdução” In: *Relações de Força*, p. 14.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 38. A frase de Montaigne é “Vitória mecânicas”.

⁶⁰ GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 34-37.

essa possível demonstração de Ginzburg ao “pessoal jusnaturalismo” de Natália Ginzburg, sua mãe.⁶¹ Em outros momentos, o historiador italiano revelou que sua “identidade judia é em grande parte fruto da perseguição”⁶² e que se identificava emocionalmente com os acusados de feitiçaria sobre os quais pesquisava.⁶³ Esses fatores, principalmente a questão do jusnaturalismo, aliados à idéia da “tolerância limitada”, levam-me a formular, de maneira um pouco incerta, que a premissa moral de Ginzburg reside no que chamarei de “princípio de respeito à vida humana” baseado numa igualdade natural dos seres humanos.

Menos incerto, contudo, é afirmar que, de forma alguma, Ginzburg, com essa forma de humanismo, quer pregar louvor ao pensamento iluminista, pois ele reconhece suas limitações.⁶⁴ Ginzburg também não acredita, como acreditam os filósofos da história, que o desenrolar da história trará a redenção à humanidade. Ele não profetiza. Apenas, em tom lamentável, conclui que “nossa capacidade de contaminar e destruir o presente, o passado e o futuro é incomparavelmente maior que nossa fraca imaginação moral”.⁶⁵ Pode-se conjecturar, tendo tal frase como suporte, que o princípio humano de Carlo Ginzburg assenta-se, antes de tudo, sobre uma forte imaginação moral, a qual não acredito ter elementos para definir propriamente.

Se compararmos, agora, os escritos de Ginzburg às práticas antiquárias e ao seu desenvolvimento, é possível chegar a algumas conclusões. Primeira delas: a questão da sistematicidade, que, como vimos com Momigliano, é uma das principais características da prática dos antiquários, adentra o pensamento de Carlo Ginzburg através de suas reflexões sobre as relações conflituosas entre morfologia e história, um tema que o apaixonado faz tempo⁶⁶ e predomina em grande parte de sua obra.⁶⁷ Tal questão aparece de duas formas: no modo de coleta das fontes⁶⁸ e na forma de expor os resultados de sua

⁶¹ GINZBURG, Carlo. “Feiticeiras e Xamãs”. In: *O fio e os rastros*, p. 309.

⁶² GINZBURG, Carlo. “Prefácio”. In: *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 12.

⁶³ GINZBURG, Carlo. “O inquisidor como antropólogo”. In: *O fio e os rastros*, p. 284.

⁶⁴ GINZBURG, Carlo. “Tolerância e comércio: Auerbach lê Voltaire”. In: *O fio e os rastros*. Ensaio em que Ginzburg escreve sobre o racismo e as incoerências de Voltaire.

⁶⁵ GINZBURG, Carlo. “Matar um mandarim chinês: as implicações morais da distância”. In: *Olhos de Madeira*, p. 198.

⁶⁶ GINZBURG, Carlo. “Prefácio”. In: *Olhos de Madeira*, p. 13.

⁶⁷ A dicotomia morfologia/história, estrutura/história, antropologia/história, sistematicidade/cronologia é bastante explorada por Ginzburg. Em *História Noturna*, essa relação é levada ao extremo, mas alguns ensaios ulteriores, principalmente em *Olhos de Madeira*, ela ainda é utilizada como um instrumento para abordar alguns problemas, o mais famoso deles, talvez, é sobre o tema da representação.

⁶⁸ GINZBURG, Carlo. “Prefácio” In: *Mitos, emblemas, sinais*, p.13.

pesquisa.⁶⁹ Segunda conclusão: o gosto antiquário pelo conhecimento por si só acarretava um tipo de atividade que, em seu todo, podia ser vista como caótica, pois analisava variados temas usando as mais diversas fontes sem um objetivo definido. Ora, como escrevi na introdução, pelo menos a partir de 1984, as pesquisas de Ginzburg se dirigem contra os ataques dos chamados “pós-modernistas cépticos”, ponto que veremos mais detidamente no próximo capítulo. Terceiro e último, a filologia, que sempre andou lado a lado com os antiquários⁷⁰, é um dos principais instrumentos de análise do historiador italiano, inspirado pela observação dos métodos de investigação de críticos literários como Eric Auerbach e Leo Spitzer e Gianfranco Contini.⁷¹

O interessante é notar que nenhuma das características que Ginzburg compartilha com os antiquários, no que diz respeito ao método, foi motivada diretamente pelo seu conhecimento das práticas antiquárias.⁷² A relação entre morfologia e história emerge do encontro de Ginzburg com os escritos da *Antropologia Estrutural* de Lévi-Strauss⁷³; o interesse por temas heterogêneos, por fontes desprezadas pela historiografia tradicional – como pinturas e esculturas – deriva da “dívida intelectual” para com o modo de pesquisar de Aby Warburg, que continha uma boa dose de caos e transgressão disciplinar⁷⁴; a crítica textual, como indicado, veio do contato com textos de filólogos lidos durante o período de formação intelectual de Ginzburg. As práticas antiquárias, talvez, estejam diluídas em alguns âmbitos das ciências humanas.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 13.

⁷⁰ MOMIGLIANO, Arnaldo. “The Rise of Antiquarian Research”. In: *The classical foundations of modern historiography*, p. 71.

⁷¹ GINZBURG, Carlo. “Feiticeiras e Xamãs”. In: *O fio e os rastros*, p. 301, 302.

⁷² Ginzburg conhece as práticas antiquárias, não estou querendo negar isso. Mas ele passa a refletir considerável e recorrentemente sobre os métodos antiquários a partir do fim da década de 1980, em diversos de seus ensaios.

⁷³ GINZBURG, Carlo. “Prefácio”. In: *Mitos, emblemas, sinais*, p. 9.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 9-10. Sobre o espírito caótico e anárquico da pesquisa de Aby Warburg cf. BRUHN, Mathias. *Aby Warburg (1866-1929). The survival of an idea*. In: <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/mbruhn/>.

II – A noção de prova I: a verdade, a prova, o juiz, o historiador

Muito já foi escrito, mas apenas tangenciei o problema central de minha pesquisa, a questão da prova. É hora de abordá-la apropriadamente. Na primeira parte deste capítulo, quando escrevia sobre os começos das *artes historicae*, pedi ao leitor que o nome do antiquário Francesco Robortello fosse retido em sua memória, pois logo ele reapareceria e minha narrativa. Aqui está ele de novo. É por meio de algumas de suas considerações sobre história que Ginzburg insere a noção de prova na discussão do historiador, relacionando-a à questão da verdade.

O historiador tem como meta o estabelecimento da verdade histórica. Segundo Ginzburg, os gregos usavam a palavra *enargeia* (vividez) para designar a vivacidade cuja narração histórica deveria ter para expressar uma espécie de ilusão da realidade, necessária aos discursos propostos como válidos.⁷⁵ Mais tarde, os romanos tentam apreender o significado do termo *enargeia* com a expressão latina *evidentia in narratione*.⁷⁶ No entanto, a busca das provas, das evidências, foi, até 1750, uma prática somente de eruditos e antiquários.⁷⁷ O historiador, até então, trabalhava em um campo separado dos colecionadores de provas. Ainda para os latinos, a *enargeia* está ligada à retórica pela *demonstratio* que, “designava o gesto do orador que indicava um objeto invisível, tornando-o quase palpável [...] para quem o escutava, graças ao poder um tanto mágico de suas palavras”⁷⁸. A *enargeia*, que oferece um efeito de verdade, é atingida pela *ekphrasis* (descrição). A narração do historiador é o que proporciona uma descrição. Assim:

Podemos imaginar uma seqüência desse gênero: narração histórica – descrição – vividez – verdade. A diferença entre o nosso conceito de história e o dos antigos se resumiria da seguinte forma: para gregos e romanos a verdade histórica se fundava na *evidentia* (o equivalente latino da *enargeia* proposta por Quintiliano); para nós, nos documentos (em inglês, *evidence*).⁷⁹

⁷⁵ GINZBURG, Carlo. “Descrição e citação”. In: *O fio e os rastros*, p. 18-19.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 20.

⁷⁷ GINZBURG, Carlo. “Checking the evidence: the judge and the historian”. In: <http://www.criticalphilosophy.ugent.be/news/Historical/Ginzburg.pdf>, p. 80.

⁷⁸ GINZBURG, Carlo. “Descrição e citação”. In: *O fio e os rastros*, p. 21.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 24.

A prova documental está ligada à verdade histórica. Conforme Momigliano, foram os debates do século XVII, entre antiquários e pirronismo histórico (inspirado por Sexto Empírico), que definiram os contornos do moderno conceito de história. O apego antiquário à evidência ajudou-os a afastar a tese dos ceticistas de que os livros de história eram apenas testemunhos partidários. Contudo, para Ginzburg, essa “trajetória vigorosamente delineada por Momigliano deve ser antecipada de um século”.⁸⁰ Ela começa justamente com Robortello.

O filólogo-antiquário, em meio às contradições de suas reflexões⁸¹, ressaltou o papel dos anais para o estabelecimento da cronologia primordial de uma história antiquária. “Os anais se configuram como uma espécie de gênero intermediário entre história e estudos da Antigüidade.”⁸² As considerações de Robortello sobre os anais seriam levadas em conta por Sperone Speroni em seu *Diálogo da História*, de mais ou menos 1588, em que os anais eram mais valorizados que a história, pois apresentavam os fatos de forma mais simples e aberta, sem todos os ornamentos que a tradição histórico-retórica de Cícero prezava tanto nos escritos históricos e que, de acordo com Speroni, interferiam na verdade das coisas.⁸³ Simultaneamente, em 1588, é publicado o primeiro volume dos *Anais eclesiásticos* de Cesare Baronio. Antes de escrever seus anais, Baronio cogitara escrever uma *História eclesiástica controversa*, mas enfim decidiu executar a primeira opção, porquanto “queria evitar o costume pagão [...] de inserir longos discursos fictícios, entremeados de ornamentos retóricos.”⁸⁴ Para demonstrar a verdade de suas afirmações Baronio indicava sinais topográficos nas margens de suas páginas que expunham sua lealdade aos “testemunhos competentíssimos” que havia consultado. Era o início das citações, das notas, artificios que, para Ginzburg, podem ser interpretados como equivalentes da *enargeia* dos gregos. Elas comunicavam um efeito de verdade.⁸⁵

A *enargeia* era ligada a uma cultura baseada na oralidade e na gestualidade; as citações na margem, as remissões ao texto e os colchetes, a uma cultura dominada pelos gráficos. A *enargeia* queria comunicar a ilusão da presença

⁸⁰ *Ibid.*, p. 25.

⁸¹ *Ibid.*, p. 25-29.

⁸² *Ibid.*, p. 30.

⁸³ *Ibid.*, p. 31.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 36.

⁸⁵ *Ibid.*, todo ponto 11, p. 36-37.

do passado; as citações sublinham que o passado nos é acessível apenas de modo indireto, mediado.⁸⁶

Diante do caráter indireto das provas, o historiador deve-se tornar um mediador entre elas e a verdade histórica que dela pode ser extraída. Para ele, a prova não deve ser entendida nem como um espelho da realidade (visão positivista) nem como um muro que envolve o historiador e impede, totalmente, o seu acesso à realidade (visão cética). Acessar a realidade, por definição, afirma Ginzburg, é impossível. Contudo, cair na visão cética é pessimismo demais. A relação entre prova e verdade deve ser concebida de maneira extremamente problemática, a evidência deve ser entendida como um “documento histórico contido nele mesmo” (*a historical document in itself*).⁸⁷ Nas palavras de Ginzburg a respeito dos documentos friulanos sobre a feitiçaria e o sabá, analisados por ele intensivamente:

Não é minha intenção afirmar que estes documentos são neutros ou transmitem informação objectiva. Devem ser lidos como o produto de uma inter-relação especial, em que há um desequilíbrio total das partes nela envolvidas. Para a decifrar, temos de aprender a captar, para lá da superfície aveludada do texto, a interação subtil de ameaças e medos, de ataques e recuos.⁸⁸

Deste conceito de evidência, Ginzburg tira conclusões para a analogia entre o juiz e o historiador e seu uso comum da prova. Entramos aqui, de fato, na primeira noção de prova. Ela está em um grande ensaio – podemos classificá-lo assim – que decorre de uma situação um tanto peculiar. *The Judge and the Historian* [O Juiz e o Historiador] (1991) trata de um processo criminal envolvendo um amigo próximo de Ginzburg, Adriano Sofri. Em 17 de maio de 1972, na Itália, Luigi Calabresi fora assassinado em frente a sua casa com dois tiros. O crime não consegue ser solucionado pela justiça italiana e, diante da falta de provas, o caso é arquivado. No dia 19 de julho de 1988, Leonardo Marino, um ex-operário da Fiat e ex-integrante do grupo de extrema esquerda italiana, Lotta Continua, apresenta-se à justiça italiana e se responsabiliza pela morte de Luigi Calabresi, além de acusar outros três membros do grupo como principais

⁸⁶ *Ibid.*, p. 37.

⁸⁷ GINZBURG, Carlo. *Checking the evidence: the judge and the historian*, p. 83.

⁸⁸ GINZBURG, Carlo. “O inquisidor como antropólogo”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989, p. 209.

mentores do crime, Ovídio Bompreschi, Giorgio Pietrostefani e Adriano Sofri. Marino alega, como fruto de reflexões morais e religiosas, ter se arrependido dos crimes cometidos. Após controversas audiências e sentenças fundamentadas em provas dúbias, ocorre a prisão dos acusados. Ginzburg decide escrever o livro sobre o caso não para provar a inocência de seu amigo (pois disto, ele não tem dúvidas), mas justamente para colocar em relevo as convergências e divergências entre o trabalho do juiz e do historiador.

As comparações entre o juiz e o historiador têm uma longa história. François Baudouin e Jean Bodin, no século XVI, já discorriam sobre os benefícios das relações entre história e jurisprudência.⁸⁹ Mais tarde, juizes e historiadores serão relacionados partindo de duas vias com ênfases dessemelhantes. A primeira comparação é de Henri Griffet, um jesuíta erudito, que, em sua obra *Traité des différentes sortes des preuves qui servent à établir la verité de l'histoire* [Tratado dos diferentes tipos de provas que servem para estabelecer a verdade histórica] (1769), estabelece que historiadores e juizes assemelham-se na análise minuciosa das provas e dos testemunhos. A segunda comparação provém da filosofia da história de Hegel, em que a história é expressa em frases como “corte mundial da justiça” (*world's court of justice*) e “juízo final” (*final judgement*).⁹⁰ A ênfase da questão judicial, em Hegel, recai sobre o veredicto, o curso dos acontecimentos históricos é quem fornece a sentença de nossos atos. Para Griffet, todavia, a ênfase é colocada na parte de análise dos indícios, dos testemunhos, isto é, na fase anterior ao julgamento.

Ao invocar a analogia entre o juiz e o historiador, Ginzburg alude claramente a um tópico abordado por seu mestre, Marc Bloch⁹¹, em *Apologia da História*. Bloch nos coloca a seguinte pergunta: *julgar ou compreender?* Guiado pelas máximas de Ranke e Heródoto sobre a imparcialidade histórica, o historiador francês escolhe, previsivelmente, a segunda alternativa. Entretanto, Bloch não deixa de observar que tanto o juiz quanto o historiador cientista tem um compromisso comum, “a honesta submissão à verdade”. O cientista indaga suas fontes por meio de hipóteses e perguntas

⁸⁹ GRAFTON, Anthony. *What was history?*, p. 79; cf. GINZBURG, Carlo. “Unus testis: o extermínio dos judeus e o princípio de realidade”. In: *O fio e os rastros*, p. 215.

⁹⁰ GINZBURG, Carlo. *Checking the evidence: the judge and the historian*, p. 80.

⁹¹ Para as ligações entre Ginzburg e Bloch, ver, principalmente, a introdução de *O fio e os rastros* e o prefácio de *Mitos, Emblemas e Sinais*, os dois do próprio Ginzburg. Para as relações entre Ginzburg e os Annales, cf. ESPADA LIMA, Henrique. “Con il poco farete assai: a microstoria de Carlo Ginzburg”. In: *A micro-história italiana: escalas, indícios, singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

pré-formuladas que devem ser testadas na observação dos fatos, gerando uma explicação, que corresponderá ou não às hipóteses iniciais. O juiz, por sua vez, deve extrair da verdade dos fatos uma sentença.⁹² Marc Bloch rejeita a posição do historiador-juiz, suplicando aos estudiosos da Revolução Francesa: “Robespieristas, anti-robepieristas, nós vos imploramos: por piedade, dizei-nos simplesmente quem foi Robespierre”.⁹³

O modelo judicial, apoiado pela onda positivista que guiou a história durante o século XIX, implicou duas decorrências contrárias: primeira, incentivou o estudo dos eventos políticos, militares e diplomáticos; e, segunda, desencorajou fenômenos como a história social e as mentalidades. Tal modelo judicial chegou ao ápice com a historiografia sobre a Revolução Francesa em que os pesquisadores orgulhavam-se em provar a corrupção ou integridade de um ou outro líder revolucionário. Somente o desenvolvimento dos *Annales*, na década de 1920, pôde inverter a situação. A *histoire événementielle* fora “derrotada”. Rechaçar o modelo judicial, na época de Bloch, para Ginzburg, era totalmente aceitável. Não obstante, a atual guinada do ceticismo no campo historiográfico, junto aos ataques à referencialidade da história, representa um perigo a noções importantíssimas ao trabalho do historiador: a noção de prova, a noção de verdade e a relação entre as duas.

Finalmente, para Ginzburg, é o uso da prova que fundamenta a analogia entre juiz e historiador. O uso da prova diverge nas duas atividades na medida em que eles se deparam com documentos falsos – por exemplo –, o juiz deve interromper seu trabalho devido à “ausência de suporte para os procedimentos” (*absence of grounds for proceedings*), enquanto o historiador pode tranquilamente trabalhar com documentos falsos (desde que, é claro, não os tome como verdadeiros). Porém, o uso da prova intensifica a relação entre o juiz e o historiador, pois:

[...] as tarefas do juiz e do historiador implicam a habilidade de demonstrar, de acordo com regras específicas, que *x* fez *y*, em que *x* pode designar o

⁹² BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 125.

⁹³ *Ibid.*, p. 126.

principal ator, embora não nomeado, de um evento histórico ou de um ato legal, e y designa qualquer tipo de ação.⁹⁴

Há de se admitir, adverte Ginzburg, que a prova para o historiador nunca tem caráter de certeza absoluta (no máximo 99,9%). Nem sempre, também, é possível provar algo ou até mesmo conseguir alguma prova direta de alguma coisa. Diante de tais situações, o historiador pode recorrer ao contexto e trabalhar dentro dos parâmetros de possibilidade oferecidos por ele. O ofício do historiador é inferencial.

Como condição de minha pesquisa, indiquei na introdução a cientificidade conjectural que o historiador italiano advoga para a historiografia, por meio do “paradigma indiciário”. O conhecimento do juiz apesar de também indiciário, não pode pretender moldes conjecturais, seu conhecimento deve sempre ser absoluto. Um erro de percurso pode-se tornar uma sentença irreparável.

⁹⁴ GINZBURG, Carlo. “Checking the evidence: the judge and the historian”, p. 84-85: “[...] the tasks of both the historian and the judge imply the ability to demonstrate, according to specific rules, that x did y , where x can designate the main actor, albeit unnamed, of a historical event or of a legal act, and y designates any sort of action”.

CAPÍTULO II

I – Os “pós-modernistas cépticos”

Pode-se afirmar que a obra de Carlo Ginzburg – a partir, mais precisamente, de 1984, intensificando-se nos ensaios da década de 1990 – é inteiramente dedicada à refutação das concepções próprias de pensadores (historiadores majoritariamente) que ele chama de “pós-modernistas cépticos”. Apesar de esta verdadeira jornada erudita fornecer o que podemos chamar de uma unicidade às pesquisas de Ginzburg, a consciência declarada de que tais investigações tornaram-se, de fato, um “programa de pesquisa” com inimigos definidos apareceu somente em 2006 na “Introdução” de *O Fio e os Rastros*. Depois de resumir alguns pontos do “cepticismo pós-moderno”, ele atesta:

A guinada, para mim, só ocorreu quando, graças a um ensaio de Arnaldo Momigliano, percebi as implicações morais e políticas, além das cognitivas, da tese que na sua essência suprime a distinção entre narrações históricas e narrações ficcionais. O posfácio que escrevi (1984) para *Il ritorno di Martin Guerre* [...], de Natalie Davis (cf. Apêndice), registra essa – pensando bem, tardia – consciência.

Quem desejar poderá começar esse livro por aquelas páginas. Ali encontrará, esboçando sumariamente, um programa de pesquisa e seu objetivo polêmico. Mais exatamente o contrário: a *pars destruens* vinha primeiro, como talvez sempre aconteça.⁹⁵

Assim posto, começarei pelo texto indicado pela pista de Ginzburg. Além deste ensaio, *Provas e Possibilidades* (1984), temos outros dois fundamentais para a questão do pós-modernismo céptico: *Unus testis – O extermínio dos judeus e o princípio de realidade* e a “Introdução” de *Relações de Força*. Tentarei desenrolar as argumentações de cada um deles, respectivamente, expondo as constatações de Ginzburg em relação ao “cepticismo pós-moderno”. Depois disso, será necessário um resumo mais esquemático e conclusivo sobre as premissas dos inimigos de Ginzburg, já introduzindo a noção de prova número dois, que está intrinsecamente ligada a toda esta discussão.

⁹⁵ GINZBURG, Carlo. “Introdução”. In: *O fio e os rastros*, p. 8-9.

Em *Provas e Possibilidades* (1984), Ginzburg lamenta que o estudo da dimensão literária e narrativa de obras com pretensões científicas – como as historiográficas, por exemplo – tenha-se concentrado menos no campo de conhecimento que essa dimensão objetiva abranger do que nos aspectos fabulatórios de tais narrações. Nesse sentido, o autor destaca os exemplos de historiadores como Hayden White e François Hartog. O primeiro, em seu livro – *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe* [Meta-história. A imaginação histórica do século XIX], de 1973 – afirma que os escritos de historiadores e filósofos da história do século XIX constituem somente a “imaginação histórica” da Europa, como o próprio título indica. White se propõe a focalizar a análise apenas nos elementos artísticos das obras, transformando, conforme Ginzburg, a historiografia em um “puro e simples documento ideológico”⁹⁶; o segundo, Hartog (“independentemente de White e inspirando-se mais nos escritos de Michel de Certeau”⁹⁷), em *Le Miroir d’Herodote: Essai sur la Représentation de l’autre* [O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro] (1980), aborda o texto de Heródoto como um “discurso auto-suficiente”⁹⁸, isto é, ele elimina a possibilidade de, por meio do texto, visualizar o contexto de Heródoto, já que o texto não é capaz de representar nada mais que seu próprio autor. Em suma, “em ambos os casos, as pretensões a verdade das narrações historiográficas são excluídas pela análise”.⁹⁹

Neste ensaio de Ginzburg, portanto, descobrimos uma primeira fundamental característica dos “pós-modernistas cépticos”, ou seja, a recusa de levar em conta – em suas análises – os critérios de prova, a relação com as fontes e a decorrente seleção documental, por fim, os métodos de pesquisa praticados pelo historiador antes de estabelecer uma forma de apresentá-los literariamente. O ensaio também revela a identidade de três historiadores “pós-modernistas cépticos”: Hayden White, Michel de Certeau e François Hartog.

Após o *pars destruens* – a crítica ao modo de análise dos “pós-modernistas cépticos” – Ginzburg nos expõe a *pars construens* – a maneira de enfrentar os inimigos da história e provar a inconsistência do tipo de análise sustentada por eles. É justamente com um “programa de pesquisa”, com um projeto em que o historiador turinense, como

⁹⁶ GINZBURG, Carlo. “Provas e Possibilidades”. In: *O fio e os rastros*, p. 327.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 326.

⁹⁸ *Ibid.*

⁹⁹ *Ibid.*, p.326-27.

um incansável andarilho, descobre e determina limites e fronteiras ao longo de seu périplo.

Contra essas tendências [as “pós-modernistas cépticas”], ressalte-se, ao contrário, que uma maior consciência da dimensão narrativa não implica uma *atenuação* das possibilidades cognoscitivas da historiografia, mas, ao contrário, sua intensificação. É precisamente a partir daqui, portanto, que deverá começar uma crítica radical da linguagem historiográfica de que, por ora, só temos algumas referências.¹⁰⁰

O historiador italiano encara os inimigos no campo em que eles parecem sentir-se mais à vontade, o âmbito da literatura, das narrativas fabulosas. Nos diversos ensaios produzidos a partir da década de 1990, Ginzburg procura extrair da obra de Flaubert, Brecht ou Stendhal (por exemplo, pois estes são só alguns dos autores analisados) os elementos captados por eles, consciente ou inconscientemente, de suas próprias realidades, ou mais precisamente, dos espaços definidos pelos seus momentos históricos e que compõem os livros de tais escritores. Em outras palavras, Ginzburg analisa o contexto para desvendar o texto.¹⁰¹ Se o “neoceticismo” revela a dose de arte na história, seu contraponto deve revelar a dose de história na arte. Entretanto, estamos bem longe de uma contraposição puramente esquemática entre realidade/ficção, contexto/texto ou arte/história. Há, entre estes dois âmbitos, um “conflito feito de desafios, empréstimos recíprocos, hibridismos”.¹⁰² A arte deve aprender com a história, assim como a história deve aprender com a arte.¹⁰³

As dúvidas, postas em voga pelos “pós-modernistas cépticos”, sobre o estatuto da verdade histórica e sobre as possibilidades que os historiadores têm de estabelecê-la, aliadas ao florescimento, no final da década de 1970, das teses que negam a existência da *Shoah* (Holocausto) – conduzidas principalmente por Robert Faurisson – desembocaram em um debate realizado em Los Angeles, na UCLA, de 25 a 29 de abril

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 329. Grifei a palavra “atenuação”, pois a edição brasileira indica a palavra “acentuação”, o que, na verdade, como indica Espada Lima, é um equívoco na tradução. No original italiano, Ginzburg utiliza o termo “attenuazione” que deve ser traduzido para o português “atenuação”. cf. Henrique Espada Lima. *Narrar, pensar o detalhe: às margens de um projeto de Carlo Ginzburg*, nota 59, p. 111.

¹⁰¹ O melhor exemplo, em minha opinião, é o ensaio “Decifrar um espaço em branco”. In: GINZBURG, Carlo. *Relações de força*.

¹⁰² GINZBURG, Carlo. “Introdução”. In: *O fio e os rastros*, p. 9.

¹⁰³ Para um exemplo dessa relação de aprendizado cf. GINZBURG, Carlo. “A áspera verdade – Um desafio de Stendhal aos historiadores”. In: *O fio e os rastros*.

de 1990. Neste evento, Carlo Ginzburg e Hayden White expuseram seus argumentos em relação ao assunto. Aqui chegamos ao segundo importante texto do historiador italiano sobre o “pós-modernismo céptico”, *Unus testis – o extermínio dos judeus e o princípio de realidade*.

“Embora o criticismo da mencionada posição de White até agora opte por uma aproximação epistemológica, O pleito apaixonado de Carlo Ginzburg pela objetividade e pela verdade histórica é muito mais guiado por uma profunda posição ética do que por categorias analíticas”.¹⁰⁴ São estas as palavras de Saul Friedlander sobre o ensaio lido por Ginzburg no congresso da Califórnia. Se fossemos buscar justificativas em sua biografia, não teríamos dificuldades de encontrá-las, pois é preciso lembrar que a descendência judia do historiador italiano e o fato de seu pai ter sido vítima dos nazistas numa prisão em Roma, em 1944, marcaram profundamente sua trajetória intelectual. Mas ele não recorre a tais acontecimentos. Em vez disso, cita o episódio da publicação de um volume intitulado *Les assassins de la mémoire* [Os assassinos da memória] que contém um ensaio de Pierre Vidal-Naquet, “Um Eichmann de papel”, em que o historiador francês – cuja mãe fora morta em Auschwitz, em 1944 – refuta a tese que sustenta inexistência das câmaras de gás e dos campos de concentração. “Não é difícil imaginar os motivos morais e políticos que levaram Vidal-Naquet a se envolver numa discussão detalhista...”¹⁰⁵. Não é difícil imaginar, talvez, porquanto Ginzburg passara por uma experiência deveras semelhante.

Uma das implicações teóricas presentes em toda esta discussão é a questão do princípio de realidade, a qual Vidal-Naquet se refere para tentar sair dos problemas colocados pelo livro de Michel de Certeau, *L'écriture de l'histoire* [A escrita da história] (1975). A partir dele sabemos que o historiador escreve, produzindo espaço e tempo, estando ele próprio inserido em um espaço e um tempo. Mesmo assim, Vidal-Naquet pensa ser imprescindível a velha noção de “realidade”¹⁰⁶, do “que propriamente aconteceu”, da coisa factual, da *historia res gestae*, “ou como quer que se queira chamá-

¹⁰⁴ FRIEDLANDER, Saul. “Introduction”. In: *Probing the limits of representation*, p. 8: “Although the criticism of White’s position mentioned thus far opts for an epistemological approach, Carlo Ginzburg’s passionate plea for historical objectivity and truth is as much informed by a deeply ethical position as by analytic categories”.

¹⁰⁵ GINZBURG, Carlo. “Unus testis – O extermínio dos judeus e o princípio de realidade”. In: *O fio e os rastros*, p. 216.

¹⁰⁶ *Ibid.*

lo”¹⁰⁷. Sem tal noção “como se faz para distinguir entre romance e história?”¹⁰⁸, indaga Vidal-Naquet. Na brecha do historiador francês, Ginzburg alude a obra de Hayden White para refutar, mais uma vez, suas proposições sobre o embate romance/história. Antes disso, ele compara os livros de White e Certeau:

As diferenças entre Hayden White e Michel de Certeau, do ponto de vista da prática historiográfica, são óbvias, mas é impossível negar que entre *Metahistory* (1973) e *L'écriture de l'histoire* (1975, que também inclui ensaios escritos alguns anos antes) exista uma certa convergência.¹⁰⁹

Esta “certa convergência” não é explicitada, pois logo Ginzburg decide desembranhar as redes da “biografia intelectual” de Hayden White, associando suas idéias ao neo-idealismo italiano – que tem como seus pensadores principais Benedetto Croce e Giovanni Gentile – e seu tom subjetivista ao contato que ele teve com a obra de Michel Foucault.¹¹⁰ Todavia, pode-se afirmar que a “certa convergência” entre os textos de White e Certeau resida nos questionamentos colocados pelos dois autores – de maneira diversa – à pretensão científica da historiografia de firmar uma verdade histórica.

Logo em seguida, Ginzburg rechaça as considerações de White que sustentam o ceticismo e o relativismo como possíveis “bases epistemológicas e morais da tolerância”.¹¹¹ Tanto lógica quanto historicamente, a tese do historiador americano está equivocada. Logicamente, “porque o ceticismo absoluto entraria em contradição consigo mesmo se não fosse estendido também à tolerância como princípio regulador”¹¹²; historicamente, “porque a tolerância foi teorizada por indivíduos que tinha fortes convicções intelectuais e morais”.¹¹³ A visão de Hayden White, portanto – de que uma interpretação histórica só é verdadeira quando é utilizada politicamente por algum indivíduo, grupo ou instituição que a torna politicamente eficaz – não é aceita por

¹⁰⁷ GINZBURG, Carlo. “Provas e Possibilidades”. In: *O fio e os rastros*, p. 328.

¹⁰⁸ GINZBURG, Carlo. “Unus testis – o extermínio dos judeus e o princípio de realidade.” In: *O fio e os rastros*, p. 217.

¹⁰⁹ *Ibid.*

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 220-221. Ver os pontos “a”, “b” e “c” indicados por Ginzburg nessas páginas e tidos como fundamentais para esclarecer o desenvolvimento intelectual de Hayden White.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 226.

¹¹² *Ibid.*, p. 227.

¹¹³ *Ibid.*, p. 226-27. Ginzburg cita o exemplo do iluminista Voltaire.

Ginzburg.¹¹⁴ Mas sobre a questão da verdade, devemos levar em conta o último texto fundamental para a definição do “pós-modernismo céptico”, a Introdução de *Relações de Força*, ou – tomando a liberdade para aplicar um título mais claro a este ensaio – a “genealogia do pós-modernismo céptico”, em que ela tem um papel central.

Ginzburg inicia o ensaio diferenciando dois tipos de relativismo céptico. Uma corrente mais branda e outra mais feroz, que, embora representem posições políticas muito distantes, podem acarretar graves conseqüências. Elas também compartilham uma “raiz intelectual comum: uma idéia de retórica não apenas estranha mas também contraposta à prova. É uma idéia que remonta à Nietzsche.”¹¹⁵ O historiador italiano, então, passa a costurar os fios do tecido que liga os pós-modernistas cépticos à concepção de verdade formulada por Nietzsche, fundamentada justamente nessa idéia de retórica que não teoriza sobre a noção de prova.

A verdade para Nietzsche é:

Um exército móbil de metáforas, metonímias, antropomorfismos, em resumo: uma suma de relações humanas que foram reforçadas poética e retoricamente, que foram deslocadas e embelezadas e que, após um longo uso, parecem, a um dado povo, sólidas, canônicas e vinculatórias [...].¹¹⁶

Esta definição está num ensaio inacabado de Nietzsche, *Acerca da verdade e da mentira*, publicado postumamente, em 1903. Para Ginzburg, essa idéia de verdade é inspirada em um livro de cujas teses o filósofo alemão utilizara recorrentemente nos seus estudos sobre a retórica. O livro é *A linguagem como arte* (1871), de Gustav Gerber, que postula a linguagem como intrinsecamente poética e toda palavra como, originalmente, um tropo.¹¹⁷ Para além desta reveladora informação, Ginzburg indica as conexões das teses de Gerber com os escritos de Lutero e a relação destes fatos com a própria biografia de Nietzsche, sua atividade e objetivos intelectuais e o peculiar contexto em que o filólogo alemão estava imbricado quando produziu sua noção de verdade.¹¹⁸ Não me interessa aqui reconstituir tais argumentos, é necessário, contudo,

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 226.

¹¹⁵ GINZBURG, Carlo. “Introdução”. In: *Relações de força*, p. 15.

¹¹⁶ NIETZSCHE, Friedrich. “Sobre a verdade e a mentira em um sentido extramoral” *apud* GINZBURG, Carlo. “Introdução”. In: *Relações de Força*, p. 24-25.

¹¹⁷ GINZBURG, Carlo. “Introdução”. In: *Relações de Força*, p. 25.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 25-32.

explicitar as considerações do historiador italiano sobre a repercussão, ou o “eco”, das páginas inacabadas de Nietzsche.

Em 1970, Paul de Man, utilizou justamente esse texto de Nietzsche para sedimentar as bases do Desconstrucionismo.¹¹⁹ Entretanto, para Ginzburg, a adoção desse conceito de verdade, por parte do crítico literário belga, está ligada a razões muito mais íntimas. Após a morte de Paul de Man, publicizou-se o fato de que ele havia contribuído ao diário colaboracionista belga, o *Le Soir*, com textos às vezes de conteúdo anti-semita, entre 1940 e 1942.¹²⁰ Os horrores decorrentes da ideologia nazista foram revelados somente nos anos seguintes. A verdade de Nietzsche, “um exército móbil de metáforas...”, serviu como um remédio àquele que, de alguma forma, acabou propagando os ideais racistas do nazismo.¹²¹

Uma idéia aparentemente abstrata, como a versão anti-referencial da retórica, pôde carregar-se, aos olhos de alguém, de elementos emotivos porque oferecia (ou parecia oferecer) a possibilidade de afastar um passado insuportável.¹²²

Entretanto, a reação às idéias de Nietzsche não se resumiu a casos individuais. Elas também foram interpretadas a partir de “motivos extracientíficos” para justificar crimes ainda maiores. Ginzburg cita um congresso sobre o estruturalismo francês ocorrido em 1966 nos Estados Unidos. Na ocasião, o historiador italiano vê em uma afirmação do francês Jacques Derrida uma forma de interpretar o passado em que “a verdade era liquidada em favor da interpretação ativa, [...] o Ocidente era incriminado por ser logocêntrico e contemporâneo absolvido em nome da inocência do devir proclamada por Nietzsche”.¹²³ Tanto no caso individual de Paul de Man quanto no caso coletivo da Europa, que por séculos espoliou o mundo, a noção de verdade do filósofo alemão foi usada como um remédio para apagar as marcas indeléveis do triste passado. Em ambos os casos, a retórica é utilizada sem levar em consideração a questão da

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 32.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 33.

¹²¹ É importante ressaltar que Ginzburg não reduz a obra de Paul de Man a essa questão. Prova-se isto pela leitura da nota 81 do texto, em que ele atesta: “reduzir a obra do De Man maduro a um álibi é uma simplificação”.

¹²² *Ibid.*, p. 35.

¹²³ *Ibid.*, p. 36.

prova. É a “retórica como inocência” que tem como equivalente teórico a “retórica da inocência”, utilizadas como instrumento de absolvição.¹²⁴

Com essa pequena explanação, portanto, pode-se fechar o quadro que expõe, na visão de Ginzburg, as características, as identidades e a premissa dos “pós-modernistas cépticos”. Duas características principais: a impossibilidade de distinguir entre narrativas fictícias e narrativas historiográficas; e uma concepção de texto que só representa o seu próprio autor, um texto auto-suficiente, anti-referencial. Os “neocéticos” identificados são – entre historiadores, filósofos e críticos literários: Hayden White, François Hartog, Roland Barthes, Michel de Certeau, Paul De Man, Jacques Derrida. Como indiquei na introdução deste trabalho, não é meu objetivo contrapor ponto a ponto as idéias de Ginzburg e as especificidades de cada um dos “pós-modernistas cépticos”. Mas para não dizerem por aí que ando desavisado, escrevendo textos sobre história, apresentarei com mais detalhes as teses de apenas um deles. Escolhi Hayden White, pelo alto grau de controvérsia teórica que suas idéias causaram e, talvez, porque sua obra seja a melhor representante das características do “neoceticismo” ressaltadas por Ginzburg.

Hayden White no prefácio e na introdução de *Meta-história* (1973) define e explica seu método para analisar oito autores – entre historiadores e filósofos da história – que compõem a chamada “imaginação histórica” da Europa do século XIX. Para White, a obra histórica é “uma estrutura verbal em forma de discurso em prosa narrativa”, e ele parte do pressuposto que a história tem “um conteúdo estrutural profundo que é, em geral, de natureza poética, e lingüística de maneira específica, e que serve como paradigma pré-criticamente aceito do que deve ser uma interpretação de espécie ‘histórica’”.¹²⁵ O historiador americano pretende, dessa forma, abordar menos os componentes científicos (da obra histórica) do que os artísticos. A cientificidade da história pouco importa para ele, já que a natureza poética da história determina o “elemento prefigurativo” dos relatos históricos, e este, por sua vez, é o sancionador dos conceitos teóricos utilizados para explicar a “realidade” (Hayden White não a cita sem

¹²⁴ *Ibid.*, p. 36-37.

¹²⁵ WHITE, Hayden. *Metahistoria. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. p. 9: “una estructura verbal en forma de discurso en prosa narrativa”; “un contenido estructural profundo que es en general de naturaleza poética, y lingüística de manera específica, y que sirve como paradigma precriticamente aceptado de lo que debe ser una interpretación de especie ‘histórica’”.

as aspas). Desenvolve-se então a “teoria dos tropos”, em que cada um deles – a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia – fornece uma gama de possibilidades e estratégias lingüísticas capazes de fundamentar a interpretação histórica, conferindo-lhe um “efeito explicativo”.

A teoria dos tropos pode ser, resumidamente, explanada pelas três partes em que White a divide, estabelecendo os níveis de trabalho do historiador. Partindo da crônica, ou seja, a ordenação temporal dos acontecimentos, o escritor organiza um tipo de relato com fim e começo determinados. Os tipos de trama são quatro: romance, tragédia, comédia e sátira. Aqui, Hayden White segue o caminho aberto por Northrop Frye em *Anatomy of Criticism* que utiliza as mesmas categorias de classificação dos modos de tramar. Além disso, tal classificação pode ser feita tanto em obras de caráter sincrônico/estrutural quanto de caráter diacrônico/processual. A primeira parte da teoria dos tropos é, portanto, a “explicação pela trama”.

Em segundo lugar, temos os quatro “modos de argumentação formal”: formista, organicista, mecanicista e contextualista. Esse é o lugar da explicação causal concedida aos fatos relatados por meio de uma “lei geral da explicação histórica”. Nesse ponto, Hayden White realiza uma reflexão geral sobre o problema estatutário científico da história ao atestar que os historiadores não chegaram a um consenso sobre qual lei de explicação seria a mais adequada para a causalidade social. Por isso, a história não consegue constituir uma explicação “científica”, limitando-se ao âmbito do confronto de interpretações determinadas pelas implicações epistemológicas das diferentes concepções de realidade.

A terceira, e última parte, diz respeito às “implicações ideológicas” da explicação, que também são quatro: anarquista, radical, conservador e liberal. White relewa que a “implicação ideológica” não tem relação com os partidos políticos e suas ideologias, o que ela acarreta é certa visão da ordenação temporal da história e de como as mudanças e o *status quo* social devem se comportar dentro desta ordenação. Os conservadores, por exemplo, não são favoráveis às bruscas transformações sociais e tendem a solidificar as estruturas profundas das sociedades. Hayden White está mais preocupado em ver quais são as decorrências da ideologia na explicação histórica e na construção do “modelo verbal de processos narrados” do que rotular o historiador ou o

filósofo. Logo, mesmo os autores de inclinação apolítica têm, em sua escrita, elementos semelhantes aos de certas ideologias correntes.

A combinação desses três níveis denominará o “estilo”, objetivo principal de Hayden White, do historiador ou do filósofo da história e conferirá uma imagem coerente da representação histórica. Apesar da incompatibilidade de alguns modos de combinação¹²⁶ e de suas ligações se determinarem por afinidades estruturais, o problema é estabelecer a natureza de tais afinidades. Na opinião de White, tal natureza é poética, mais precisamente lingüística. O historiador realiza, necessariamente, uma percepção mental do objeto, um ato de “prefiguração”, prévio à representação e à explicação dos dados do campo histórico. A relação entre as figuras, nesse ato prévio, expõe os “problemas” que deverão ser “explicados” pelo autor dentro de um número de combinações finito. White constata, assim, que “o historiador se enfrenta no campo histórico mais ou menos como um gramático poderia enfrentar-se em uma nova língua”.¹²⁷ O historiador deve formular:

[...] um protocolo lingüístico completo com dimensões léxicas, gramaticais, sintéticas e semânticas, pelas quais é possível caracterizar o campo e seus elementos em *seus propios termos* [...], e assim prepará-los para a explicação e para a representação, o que depois oferecerá sua narração.¹²⁸

Cada um dos quatro tropos da teoria – metáfora, metonímia, ironia, sinédoque – delinea a forma do “protocolo lingüístico” e de suas especificidades.¹²⁹

Hayden White usa pouco ou quase nada a palavra retórica. Mas pelo que foi apresentado até aqui, alguém pode tranquilamente afirmar que a noção de retórica do historiador americano é dominada pela premissa, que alude – como mostrou Ginzburg – à noção de verdade de Nietzsche. Tal premissa postula “a incompatibilidade entre

¹²⁶ *Ibid.*, cf. quadro da p. 39.

¹²⁷ *Ibid.*, p.40: “o historiador se enfrenta al campo histórico más o menos como un gramático podría enfrentarse a una nova lengua”.

¹²⁸ *Ibid.*, p.40: “[...] un protocolo lingüístico completo con dimensiones léxica, gramatical, sintáctica y semántica, por el cual caracterizar el campo y sus elementos en *sus propios términos* [...], y así prepararlos para la explicación y la representación que después ofrecerá de ellos su narración”.

¹²⁹ Para uma explicação detalhada do entendimento e das decorrências de cada tropo, cf. a seção “La teoría dos tropos”, p. 40-46.

retórica e prova ou (o que é o mesmo) a tácita aceitação daquela interpretação não referencial da retórica”.¹³⁰

A noção de prova número dois, que a partir de agora, esmiuçarei, é o caminho encontrado por Ginzburg para rebater a esta premissa dos neopirronistas. O astuto historiador italiano busca na *Retórica* de Aristóteles – a qual o próprio Nietzsche colocou de lado “depois de *traduzi-la* e *estudá-la* para as suas próprias aulas de Basileia”¹³¹ – transpor os limites do relativismo (pelo menos no âmbito da historiografia, embora não se deva esquecer de que este tema também toca no problema do choque cultural, assunto de interesse geral¹³²) por meio de uma teorização sobre a prova.

Finalizo com uma citação de Ginzburg – que pretende resumir o que foi tratado até aqui neste capítulo – sobre os limites do relativismo:

O limite do relativismo – seja na versão branda seja na versão feroz – é o de escamotear a distinção entre juízo de fato e juízo de valor, suprimindo conforme o caso um ou outro dos dois termos.

O limite do relativismo é, ao mesmo tempo, cognitivo, político e moral.¹³³

¹³⁰ GINZBURG, Carlo. “Introdução”. In: *Relações de Força*, p. 39.

¹³¹ *Ibid.*, p. 40. Grifei os verbos cuja conjugação verbal modifiquei para se encaixarem a estrutura da minha oração; com certeza, não há mudança de sentido.

¹³² *Ibid.*, p. 14.

¹³³ *Ibid.*, p. 38.

II – A noção de prova 2: o guardião da história versus os “pós-modernistas cépticos”

A segunda noção de prova é definida no ensaio *Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez*¹³⁴. O que Ginzburg quer demonstrar nesse texto é o nexo existente entre história, na sua concepção moderna do termo, e retórica, no entendimento de Aristóteles. Tal nexo é representado pela noção de prova, “ainda que a nossa noção de ‘prova’ seja muito diferente da sua [de Aristóteles]”.¹³⁵ A visão de Aristóteles sobre a retórica corresponde à mesma posição de Ginzburg em relação à retórica do “pós-modernismo céptico”: rechaçar a retórica entendida apenas como arte do convencimento a partir, somente, das figuras de linguagens. No caso de Aristóteles, os inimigos eram os sofistas gregos.

Carlo Ginzburg, então, reformula os argumentos da *Retórica* de Aristóteles, situando o entimema como o núcleo da prova. Aqui já temos um primeiro problema, na ordem da tradução, que reside como condição primeira dos argumentos do historiador italiano. Ele cita um trecho Aristóteles:

de fato, apenas as **provas** são um elemento constitutivo, todos os outros elementos são acessórios. Eles [os sofistas], pelo contrário, não dizem nada acerca dos entimemas, que são **o núcleo da prova**, enquanto dedicam a maior parte dos seus tratados a questões estranhas ao argumento.¹³⁶ (1354a)

Consultei duas traduções da *Retórica* de Aristóteles, uma inglesa e outra tradução espanhola.¹³⁷ Em ambas as versões, as palavras que grifei são indicados por termos bem diferentes. Na tradução inglesa a palavra “provas” é indicada pela expressão “modes of persuasion”, que poderíamos traduzir por “modos de persuasão”; a expressão “o núcleo da prova” é indicada pelas palavras “the substance of rhetorical persuasion” ou “a substância da persuasão retórica”. Na versão espanhola, a expressão “argumentos

¹³⁴ O ensaio fora publicado pela primeira vez em abril de 1994, nos “Quaderni Storici”. Ele figura como o primeiro capítulo da coletânea de ensaios *Relações de Força* (2000). O “mais uma vez” do título alude, muito provavelmente, ao ensaio “Matar um mandarim chinês: as implicações morais da distância” (1994, não encontrei qual o mês preciso), publicado em *Olhos de Madeira*, que contém considerações também sobre a *Retórica* de Aristóteles, porém com motivos diferentes.

¹³⁵ C. Ginzburg. “Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez”. IN: *Relações de Força*, p. 49.

¹³⁶ Idem, p. 48. Os grifos são meus.

¹³⁷ Cf. ARISTOTELES. *Retórica*; edición del texto con aparato crítico, traducción, prólogo y notas por Antonio Tovar. Madrid: Instituto de Estudios Políticos. 1953; cf. ARISTOTLE. *Rhetoric*; translated by W. Rhys Robert. Mineola, New York: Dover Publications. 2004.

retóricos” indica a palavra grifada “provas”; a expressão “o núcleo da prova” é indicada por “el cuerpo de la argumentación”. Como se pode notar, as traduções diferem ligeiramente, variando entre “prova” no caso de Ginzburg, “persuasão” (*persuasion*) no caso inglês e “argumentação” (*argumentación*) no caso espanhol. Mas esse problema não deve ser visto como uma surpresa, pois, na nota da citação, Ginzburg indica que utiliza a tradução italiana de A. Belle, “modificando-a em alguns pontos substanciais”.¹³⁸ O historiador turinense não discute detalhadamente por que efetuou tais mudanças, porém aponta, nessa mesma nota, duas obras sobre a *Retórica* de Aristóteles cujas considerações devem ser levadas em conta.¹³⁹ Pode-se acrescentar, baseado no sistema retórico exposto por Olivier Reboul¹⁴⁰, que Ginzburg se concentra – para retomá-la no âmbito da historiografia – efetivamente na *heurésis*, a busca da argumentação, o lugar das provas, o núcleo da retórica de Aristóteles e da prática historiográfica no sentido moderno.¹⁴¹

Feita esta primeira ressalva, pode-se continuar reconstruindo a segunda noção de prova. O entimema, como assinali, é o núcleo da prova. Define-se o entimema como um silogismo abreviado, no qual uma das premissas está subentendida, visto que a retórica pressupõe uma “comunidade concreta e circunscrita”. No exemplo de Aristóteles, “Dorieu venceu os jogos olímpicos”, não é preciso especificar que o prêmio recebido por Dorieu era uma coroa de louros, porquanto esta afirmação é dedicada aos gregos – à “comunidade circunscrita” de Aristóteles – em que todos sabem qual é o prêmio. Portanto, o entimema é o núcleo da prova, que, por sua vez, é o núcleo racional da retórica.¹⁴²

Para Aristóteles, a retórica é constituída por três gêneros, cada um deles correspondente a uma dimensão temporal. A retórica judiciária, ligada ao passado; o gênero epidítico, relacionada ao tempo presente; e o gênero deliberativo, relativo ao futuro. A retórica utiliza dois tipos de prova: as técnicas, que “pertencem estritamente à arte retórica”; e as “não-técnicas”, que “não são fornecidas pelo orador [...] –

¹³⁸ GINZBURG, Carlo. *Relações de Força*, p. 150, nota 4.

¹³⁹ Infelizmente, não contemplei tais obras, por isso paro minhas considerações por aqui.

¹⁴⁰ Olivier Reboul, *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Cf. principalmente capítulo III.

¹⁴¹ Cf. GINZBURG, Carlo. “Nota à edição italiana”. In: *Relações de Força*, p. 11-12. Nessa nota, Ginzburg diferencia os termos ingleses “proof” e “evidence”, partindo de sugestões de Perry Anderson.

¹⁴² Sobre o entimema como silogismo abreviado, cf. GINZBURG, Carlo. “Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez”. In: *Relações de Força*, p. 51-53.

testemunhos, confissões feitas sob tortura, documentos escritos, etc.” (1355b).¹⁴³ “As provas técnicas são duas: o exemplo (*paradeigma*) e o entimema”¹⁴⁴ O entimema é característico do gênero judiciário da retórica. A história, que naturalmente lida com o passado, está intimamente relacionada à retórica e seu gênero judiciário. Nesse sentido, o entimema cumpre um importante papel no trabalho do historiador.

O entimema, ou silogismo abreviado, pode provir de quatro referências: o verossímil (*eikos*); o exemplo (*paradeigma*); a prova necessária (*tekmeria*); o signo (*semeion*). As únicas conclusões irrefutáveis são as formadas por meio de entimemas baseados em provas necessárias (*tekmeria*). Dos entimemas fundamentados nos pontos restantes, contudo, só é possível tirar conclusões que permanecem apenas no campo do provável.¹⁴⁵

Carlo Ginzburg, depois dessa análise detalhada, apresenta as implicações de tais assertivas para o próprio entendimento da história para Aristóteles. A conhecida lição que o filósofo grego nos fornece na *Poética* toma um outro sentido. Na contraposição entre história e poesia, Aristóteles postulava a inferioridade do conhecimento histórico, pois ele trata daquilo que é particular, individual, enquanto a poesia trabalha com o geral, o possível, o universal. O termo “história”, nesse caso, é retirado de Heródoto, criticado por Aristóteles. De acordo com Ginzburg, entretanto, o filósofo grego, quando teoriza sobre entimemas e provas, está muito mais próximo da historiografia no sentido moderno do termo. Tal proximidade foi permitida por Tucídides, cujo modo de constatação assimilava-se ao método antiquário¹⁴⁶, que, como vimos no primeiro capítulo, é um dos pilares da historiografia moderna no entendimento de Arnaldo Momigliano e Carlo Ginzburg. Na seção “arqueológica” da obra historiográfica de Tucídides, Ginzburg procura a utilização dos vocábulos gregos *tekmeria* e *semeion*, concluindo que o historiador grego os usou com pouca (ou nenhuma) distinção para constituir provas de eventos ou fatos passados. Embasado – mais uma vez – nas reflexões de Momigliano, Ginzburg esclarece que “a arqueologia, ou antiquariato, destinava-se a reconstruir eventos não testemunhados diretamente”, acarretando “instrumentos intelectuais diversos dos usados pela historiografia”, correspondentes, no

¹⁴³ ARISTOTLE. *Rhetoric*, 1355b.

¹⁴⁴ GINZBURG, Carlo. “Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez”. In: *Relações de Força*, p. 49.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 50.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 57.

caso grego, basicamente, à decifração de epígrafes.¹⁴⁷ Ao reconhecer as inclinações antiquárias de Aristóteles na reconstrução que este empreendia das listas de vencedores dos jogos olímpicos, Ginzburg vê a possibilidade de compreender o lado filósofo de Aristóteles através de seu lado antiquário, que demandava “uma atitude racionalista, um método crítico”.¹⁴⁸ É possível que a diferenciação, concebida por Aristóteles, entre *tekmeria* e *semeion* tenha-se originado do uso pouco preciso – feito por Tucídides – destas duas expressões.

Resumindo, para Ginzburg, a expressão “história” – assim como outras surgidas no mundo da Antiguidade grega – é marcada por uma “profunda descontinuidade de conteúdo”.¹⁴⁹ As considerações da *Retórica* de Aristóteles sobre a prova podem fazer sentido se lidas na perspectiva do conteúdo moderno do termo “história”. É essa a conexão entre retórica, prova e história. Esta última adquire, dessa forma, um “núcleo essencial”, que consiste em:

- a) a história humana pode ser reconstruída com base em rastros, indícios, *semeia*;
- b) tais reconstruções implicam, implicitamente, uma série de conexões naturais e necessárias (*tekmeria*) que têm caráter de certeza: até que se prove o contrário, um ser humano não pode viver duzentos anos, não pode encontrar-se, ao mesmo tempo, em dois lugares diferentes etc. e
- c) fora dessas conexões naturais os historiadores se movem no âmbito do verossímil (*eikos*), às vezes do extremamente verossímil, nunca do certo – mesmo que, nos seus textos, a distinção entre “extremamente verossímil” e “certo” tenda a se desvanecer.¹⁵⁰

Com base em toda esta argumentação, o historiador italiano pretende confutar a redução da história à retórica no entendimento dos “pós-modernistas céticos”, a retórica estilística dominada pelas figuras de linguagem, que têm por objetivo somente a eficácia em detrimento da idéia de verdade. Ao contrário, situando o conceito de prova como fundamental tanto à retórica de Aristóteles quanto à prática historiográfica moderna,

¹⁴⁷ *Ibid.*

¹⁴⁸ *Ibid.*, apud, p. 54.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 59.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 57-8.

Carlo Ginzburg reforça a tese que versa sobre a capacidade dos historiadores de provar suas inferências sobre os acontecimentos passados.

CONCLUSÃO

Pelo menos para mim, há a sensação de que um longo e tortuoso caminho fora percorrido até aqui. Chegou a hora de apresentar as conclusões dessa jornada. A peculiaridade, talvez, desta conclusão é que relacionarei praticamente todas as minhas proposições a uma entrevista fornecida por Ginzburg a Trygve Riiser Gundersen, intitulada *On the dark side of history* [No lado negro da história], publicada em 2003. O alto grau de reflexão e autocrítica das respostas do historiador italiano – bastante normais em toda obra de Ginzburg – e as incríveis semelhanças de muitas delas com os temas sobre os quais discorri incentivaram-me a relacionar uma gama de temas a algumas frases ou palavras registradas nesta entrevista.

Vimos, na primeira parte do primeiro capítulo, a relação da obra de Ginzburg com as práticas antiquárias (relação efetivada de forma indireta) e a existência, na sua historiografia, de um princípio moral ou ético baseado fundamentalmente em sua experiência familiar pessoal e em uma – por falta de um termo mais preciso – visão de mundo. Na primeira parte do capítulo seguinte, foi sumariada a polêmica contra os “pós-modernistas cépticos” e a raiz de sua premissa no conceito de verdade de Nietzsche, que, além das questões teóricas e metodológicas, também envolve sérios embates morais.

Na introdução, tracei três objetivos. Os dois primeiros eram específicos e demandavam a definição das duas noções de prova: a primeira é fundada na analogia do uso da prova entre a figura do juiz e a do historiador; a segunda, baseada na retomada da discussão sobre a retórica. Acredito que a segunda parte de cada um dos capítulos cumpriu de forma satisfatória a especificidade das metas estabelecidas. O outro objetivo, de ordem mais geral, postulava a verificação dos efeitos da noção de prova no quadro teórico do conceito moderno de história na acepção de Reinhart Koselleck e Hannah Arendt. Todavia, antes de averiguar tais implicações, vejamos – rapidamente – algumas decorrências de cada uma das duas noções de prova.

A noção de prova número um, como já comentei, nasce de uma situação extraordinária. Ginzburg quer salvar seu amigo Adriano Sofri das falhas do sistema judiciário italiano. E apesar da necessária e útil discussão sobre a história e a

jurisprudência, o historiador turinense não nega que seu objetivo era efetivar uma ação política. Na prática, infelizmente, a ação não teve as conseqüências esperadas¹⁵¹, contudo, Ginzburg – se não prova a inocência de seu companheiro – ao menos mostra as muitas inconsistências das análises dos juízes encarregados do caso¹⁵².

Além do mais, ele [o livro *O juiz e o historiador*] foi escrito com um propósito muito claro em mente: meu objetivo era obter a liberação de Adriano Sofri. [...] O livro foi concebido como uma ação. [...] Mas minha ação não teve sucesso. [...] Adriano Sofri continua preso, então, nesse sentido, esse é o meu livro menos efetivo, apesar de ser o mais pragmático e político de todos.¹⁵³

Considerando tais informações, alguém pode questionar: até que ponto o trabalho do historiador, com todos os seus problemas – teóricos, metodológicos, problemas de condição relacionados ao estatuto da documentação, etc. –, pode interferir tão diretamente (de alguma forma ela sempre interfere) na vida dos indivíduos? O historiador deve ter uma ética, assim como tem o médico? Em que bases ela deve ser fundamentada? Demonstrei que há razões morais em grande parte da crítica de Ginzburg ao neoceticismo. Embora algumas afirmações do historiador italiano possam causar uma impressão de estarmos lendo os escritos de um bufão moralista. É preciso rejeitar essa imagem, apesar do emprego de termos como “inimigos” para se referir aos “pós-modernistas cépticos”. Estes são apenas elementos para apimentar um pouco a discussão, criar uma sensação de espanto no leitor para apimentar seu gosto pela leitura da história. Reparemos nessas considerações de Ginzburg sobre a relação pós-modernismo/história:

Eu apoio totalmente a instância anti-autoritária da posição pós moderna.

Eu posso até compartilhar seu ceticismo, até certo ponto. [...]

¹⁵¹ Cf. www.sofri.org.

¹⁵² GINZBURG, Carlo. *The judge and the historian*. A partir da p. 18, Ginzburg começa a investigar especificamente os processos de Sofri, Bompreschi e Pietrostefani.

¹⁵³ GINZBURG, Carlo et GUNDERSEN, Trygve Riiser. *On the dark side of history. Carlo Ginzburg talks to Trygve Riiser Gundersen*. In: www.eurozine.com/articles/2003-07-11-ginzburg-en.html, 2003, p. 10: “Moreover it [the book *The judge and the historian*] was written with a very clear purpose in mind: my aim was to obtain the release of Adriano Sofri [...]. The book was intended as an *action*. [...]. But my action was unsuccessful. [...] Adriano Sofri is still in prison, so in that sense it is still the least effective of my books, despite its being the most overtly pragmatic and political of them”.

Similarmente, eu acho que muito do debate que envolve o pós-modernismo nos estudos históricos é basicamente enganador: ele tem sido um falso debate que ajudou a ocultar as reais dificuldades epistemológicas e políticas que atualmente se colocam à disciplina histórica.¹⁵⁴

As dúvidas neopirronistas tiveram sua utilidade, pois colocaram desafios fundamentais ao conhecimento histórico. Ginzburg parece saber dosar a fecundidade intrínseca a estes saudáveis conflitos. A partir desse prisma, pode-se relevar que Ginzburg aponta um tema (do historiador e de sua ética) sobre o qual os historiadores apenas começaram a deliberar.¹⁵⁵ Com certeza, para Ginzburg essa discussão deve ser aberta e exercer uma autocrítica permanente. Se a história se relaciona com a justiça e, conseqüentemente, com um tipo de julgamento, estes também são conceitos que devem ser reconsiderados.

Era o conceito de uma justiça histórica final estava que estava na raiz da antiga idéia de julgamento. [...]. Mas a idéia de julgamento não deve ser confundida com a de retribuição. Isso é crucial. [...]. A história nunca deve ser transformada em uma fonte de culpa a ser carregada pela próxima geração.

Ainda, o conceito de justiça histórica requer uma forma própria de olhar a história, um certo modo de reconhecimento do passado. Em minha visão, é esse reconhecimento final que está no coração do conceito de julgamento. É difícil expressar isso em termos precisos, mas [...] quando eu estava morando na Alemanha [...] eu pude ver a enorme diferença entre aqueles que tinham esse tipo de consciência histórica e o que não tinham. Nesse plano, pode-se dizer que eu, como um historiador, estou participando de um projeto político ou ético.¹⁵⁶

¹⁵⁴ Idem, p. 9. “I fully support the anti-authoritarian stance of the postmodern position. I can even share their scepticism, to a certain extent. [...] Similarly, I find much of the debate surrounding postmodernism in historical studies basically misleading; it has been a sham debate that has helped to cloak the real epistemological and political difficulties currently facing the historical discipline.

¹⁵⁵ Um indício desse acontecimento é o XXV Simpósio Nacional de História da Anpuh (a associação nacional dos historiadores brasileiros) ocorrido entre 12 e 17 de julho de 2009, na Universidade Federal do Ceará em Fortaleza, Brasil, cujo tema foi justamente “História e Ética”. Ver www.snh2009.anpuh.org.

¹⁵⁶ GINZBURG, Carlo et GUNDERSEN, Trygve Riiser. *On the dark side of history. Carlo Ginzburg talks to Trygve Riiser Gundersen*, p. 11-12: “It was the concept of final historical justice that was at the root of the ancient idea of judgement. [...]. But the idea of judgement must not be confused with that of retribution. That is crucial. [...]. History must never be made a source of guilt to be borne by the next generation.

O grande mérito de Ginzburg – ao apresentar a sua leitura da *Retórica* de Aristóteles e, portanto, a noção de prova número dois – é retomar definitivamente o adormecido ou pouco prezado debate sobre a retórica e a conexão de seus diversos componentes com a metodologia da história. A retórica entrara em descrédito no final do século XVIII. No final do século XX, as reivindicações “pós-modernistas cépticas” iluminaram a dimensão retórica (que nunca desaparecera apenas fora obscurecida) do campo historiográfico. Entretanto, tal iluminação foi somente parcial, visto que nada, ou insuficientemente, refletiram sobre entimemas, provas e argumentos, que compõem – segundo Aristóteles – o núcleo racional da retórica.¹⁵⁷ O nexó entre retórica (mais precisamente de sua parte argumentativa) e história (no sentido moderno atribuído por Momigliano), que Carlo Ginzburg encontrou na noção de prova da *Retórica* de Aristóteles, insere-o na linha de estudo da retórica argumentativa reiniciado na década de 1950 por obras como o *Tratado da Argumentação*, de Chaïm Perelman e L. Olbrechts-Tyteca, e *Os Usos do Argumento* de Stephen Toulmin.¹⁵⁸

Exposto tudo o que extrai das definições das duas noções de prova, posso enfrentar o objetivo geral estabelecido. Veremos agora como a teorização sobre a prova e a prática historiográfica de Carlo Ginzburg interfere no conceito moderno de história. Na introdução mostrei como Koselleck constatou a formação do substantivo coletivo singular *geschichte*. Apresentar algumas outras contribuições de Koselleck é, agora, necessário.

Koselleck nos apresenta, por meio de quatro procedimentos, o desenvolvimento da filosofia da história, a qual nos permite visualizar até que ponto se estabeleceu esse novo conceito de história – o coletivo singular – e através de quais reflexões.¹⁵⁹ O primeiro procedimento é a reflexão estética, que afirmava a poesia e a história cada vez

Still, the concept of historical justice entails its own way of looking at history, a certain way of acknowledging the past. In my view, it is this final acknowledgement that is at the heart of the concept of judgement. It is difficult to express this in precise terms, but [...] when i was living in Germany [...] I could see a big difference between those who had this sort of historical consciousness and those who had not. On that plane, you may say that I, as an historian, am participating in a political or ethical project”.

¹⁵⁷ GINZBURG, Carlo. “Introdução”. In: *Relações de Força*, p. 40.

¹⁵⁸ Cf. MOLINA, Jorge Alberto. “Resenha de Tindale, C. *Rhetorical argumentation. Principles of theory and Practice*. Thousand Oaks: SAGE Publication, 2004”. In: <http://www.principios.cchla.ufrn.br/21P-267-276.pdf>. Cf. também MORAIS GIL, Isabel Teresa. “Retórica e argumentação: continuidade e rupturas”. In: http://z390.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mat14/0athesis14_69.pdf. Na nota 103 da “Introdução” de *Relações de Força*, Ginzburg indica justamente a obra de Perelman e Tyteca.

¹⁵⁹ KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*, p. 46-47.

mais dependentes da realidade efetiva para obterem um grau mais elevado de verdade. No segundo procedimento, “da moralização à processualização da história”¹⁶⁰, da história é exigida uma conexão de sentido, que, de acordo com as reflexões histórico-filosóficas, é dada pela própria história. É ela quem fornece sua própria moral ao passar do tempo, com o desenvolvimento do processo histórico. A moral histórica é temporalizada em seu processo. Dessa moral os homens podem retirar seus juízos, e o desenvolvimento histórico proporcionará, então, em seu fim, uma justiça compensatória para os seres humanos. O terceiro procedimento corresponde à formação racional da hipótese e a razão da história, em que o conhecimento histórico só é possibilitado pela hipótese, junção de reflexões filosófico-transcendentais e pretensões científicas capazes de desvendar o desconhecido através do conhecido. As reflexões filosóficas iam de encontro ao providencialismo divino que conferia unidade à história. Com a rejeição desta idéia, a unicidade da história passa a residir nela mesma.¹⁶¹ O quarto e último procedimento são as decorrências dessa filosofia da história na época da Revolução Francesa, que, segundo Koselleck, é a experiência axiomática do conceito moderno de história.

Portanto, o conceito moderno de história, para Koselleck, é gradativamente impregnado da filosofia da história iluminista emergente do fim do século XVIII. A Revolução Francesa e a ciência moderna conferiram importância inédita a este novo conceito, que se alastrou e tomou conta dos domínios da história natural, da história sacra e da história universal. Dessa maneira, a história – *geschichte*, o substantivo coletivo singular – centralizada na filosofia da história, torna-se um conceito necessário para calcular a ação política, tornando-se, em última instância, um “conceito-guia” para os mais variados âmbitos da vida moderna.

Primeiramente, já deve estar claro que Ginzburg, de maneira alguma, reivindica uma filosofia da história. Escrevi, na primeira parte do capítulo um, como o historiador italiano identifica a crise em que o mundo se encontra. Entretanto – diferentemente dos pensadores do século XVIII e XIX que viam na filosofia da história uma resposta à crise desencadeada pela crítica aparentemente apolítica – ele, como já fora dito, não acredita que o devir da história por si só, com o decorrer do tempo, salvará a humanidade; a

¹⁶⁰ *Ibid.*, p.60: “de la moralización a la procesualización de la historia”.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 65-73.

imaginação moral do homem não faz frente a sua capacidade de espoliação da terra. Para livrar este ponto de qualquer dúvida. Olhemos de perto estas palavras de Ginzburg:

Tudo – vida, história, Natureza – parece muito vulnerável hoje em dia. De forma geral, eu penso ser difícil perceber um sentido na história. Eu nunca duvidei que ser um historiador tem um significado, mas eu desconfio bastante se a história por si só tem algum sentido.¹⁶²

Mas Ginzburg não está livre somente da filosofia da história burguesa. Na introdução, indiquei que a mudança do estatuto científico da história, efetuada na pesquisa sobre o paradigma indiciário, era uma das condições para o meu trabalho. Além disso, afirmei que investigar a noção de prova era aprofundar e definir melhor as fronteiras dessa cientificidade particular atribuída à história pelo historiador italiano. Se alguém excluísse, por um instante, a questão da prova e se concentrasse somente no problema da cientificidade da história, esse alguém poderia afirmar que Carlo Ginzburg derruba um dos principais postulados do conceito moderno de história segundo Koselleck: a verdade histórica com as mesmas exigências da verdade científica, moldada por um conhecimento que deve, infalivelmente, ser exato. A cientificidade da história, a partir de Ginzburg, fundamenta-se na documentação, nos vestígios do passado. Eles se apresentam ao historiador, na maioria das vezes (para não dizer sempre), de forma lacunar; sua forma de produção, de preservação e de exposição passa por diversos critérios que formam, para o próprio documento, uma espécie de história particular. Daí que o conhecimento histórico é em grande parte regido pelo acaso. A cientificidade da história não pode ser guiada pela necessidade inexorável de exatidão.

Não obstante, se for adicionado a esta primeira modificação as considerações tecidas ao longo desta pesquisa sobre a noção de prova, a verdade científica perde ainda mais sua plausibilidade. A noção de prova número dois procura mostrar que o ofício do historiador está intimamente relacionado à retórica argumentativa. “A retórica se move no âmbito do provável, não no da verdade científica, e numa perspectiva delimitada,

¹⁶² GINZBURG, Carlo et GUNDERSEN, Trygve Riiser. *On the dark side of history. Carlo Ginzburg talks to Trygve Riiser Gundersen*, p. 11: “Everything – life, history, Nature – seems far too vulnerable today. Generally, I think it’s difficult to perceive a meaning in history. I have never doubted that being an historian is meaningful, but I greatly doubt whether history itself has any meaning”.

longe do etnocentrismo inocente”.¹⁶³ Para o historiador, que trabalha com as fontes (no sentido lato do termo), a suposta precisão da verdade científica não pode mais servir. O conceito moderno de história conforme Koselleck deve ser posto de lado, ou melhor, totalmente problematizado.

Carlo Ginzburg não foi o primeiro a praticar uma investigação historiográfica que explora as possibilidades explicativas, certas ou hipotéticas, fundamentadas na análise da documentação. Em *Os Reis Taumaturgos*, Marc Bloch utilizou amplamente tal técnica para driblar as dificuldades impostas pela excentricidade e originalidade do tema de seu livro. É o próprio Ginzburg quem indica a obra de Bloch como precursora:

[...] pode-se facilmente aceitar que novas explicações de um fenômeno histórico dado são sempre possíveis, partindo do princípio de que todas as afirmações científicas estão abertas à confutação, como apontou Karl Popper, e, portanto, são, em um sentido, provisionais. Todas as afirmações sobre história pertencem, como apontou Marc Bloch, ao reino da probabilidade, mesmo nos casos em que a probabilidade de confutação seja mínima, próxima do zero.¹⁶⁴

Essas palavras somadas às teorizações sobre a noção de prova da retórica formam o já citado “núcleo essencial” da historiografia moderna, em que as explicações possíveis podem sempre ser descartadas se outras formulações surgirem baseadas em critérios de prova mais seguros, em signos necessários. A realidade passada, por definição, é inatingível; o historiador só pode chegar a conclusões 99,9% corretas. Entretanto, apesar de Ginzburg não ter sido o primeiro (o que não tem nenhuma importância) a utilizar esse modo de pesquisar e expor seus resultados, com certeza, ele deve receber o mérito por avançar na teorização e de certa forma popularizar – ao menos para a população historiadora – uma forma mais prudente e honesta de escrever a história.

¹⁶³ GINZBURG, Carlo. “Introdução”. In: *Relações de força*, p. 41.

¹⁶⁴ GINZBURG, Carlo et GUNDERSEN, Trygve Riiser. *On the dark side of history. Carlo Ginzburg talks to Trygve Riiser Gundersen*, p. 9: “[...] we can easily accept that new explanations of a given historical phenomenon are always possible, since all scientific statements are open to refutation, as Karl Popper pointed out, and therefore are, in a sense, provisional. All statements about history belong, as Marc Bloch pointed out, to the realm of probability, even in cases in which the probability of being refuted is close to zero”.

Um âmbito estritamente secular para a imortalização dos indivíduos é a definição de Hannah Arendt do conteúdo do moderno conceito de história. Esse estado também é, de certa forma, abalado pelas reflexões e possíveis metas que a historiografia e os historiadores podem e devem-se colocar:

Há algo problemático na ligação inequívoca do nosso conceito de história com a idéia de lembrança, de memória. A nossa tendência é falar da história como sendo a memória coletiva da humanidade – mas a memória coletiva tem mais frequentemente funcionado nas premissas do esquecimento. [...] a memória coletiva tem sido efetiva em virtude de tudo que ela deixa de fora [...] nós lembramos apenas o que não esquecemos. A lembrança está, para assim dizer, entrelaçada com o esquecimento. É por isso que o historiador judeu Yosef Yerushalmi apontou que o oposto do “esquecimento” não é a “lembrança”, mas a “justiça”.¹⁶⁵

A idéia de justiça implica uma noção de julgamento que, como vimos um pouco acima, deve ser também reformulada. Nesse sentido, a história não deve figurar mais como um âmbito secular para uma forma de vida eterna para os indivíduos, que seriam, por meio dela, lembrados. A historiografia e os historiadores devem, talvez, estabelecer algo como uma consciência histórica. Por isso, o historiador italiano sente-se parte de um “projeto político ou ético”. É necessário ressaltar o alto grau de incerteza dessas considerações. Elas devem ser vistas como propostas, como assuntos para discussão e deliberação não só do historiador, mas também de toda sociedade.

Por fim, na entrevista (de 2003, logo ulterior aos textos que delimitam as duas noções de prova) que me foi largamente útil nestas derradeiras palavras da minha exposição, Ginzburg revela mais sobre a questão da prova:

Nós deveríamos, em princípio, nunca ter embarcado em um debate sobre a verdade na história em primeiro lugar. Ao invés disso, nós deveríamos ter um debate sobre a prova. Sobre qual suporte um historiador pode

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 11: “There is something problematical about the unequivocal linking of our concept of history with the idea of remembrance, of memory. We tend to talk of history as being mankind’s collective memory – but collective memory has more often than not functioned on premises of forgetfulness. [...] collective memory has been effective in virtue of all it has left out [...] we remember only what we have not forgotten. Remembrance is so to speak, interwoven with forgetfulness. That is why the Jewish historian Yosef Yerushalmi has pointed out that the opposite of ‘forgetfulness’ is not really ‘remembrance’ but ‘justice’”.

argumentar? O que significa dizer que algo é historicamente provado? Até que ponto podemos dizer que uma afirmação histórica está refutada? [...]. O que realmente precisamos é uma noção mais sutil de prova que, por exemplo, leve em conta todos os problemas especiais que nos confrontam quando tentamos investigar problemas que saem do campo tradicional da ciência histórica. A noção positivista de prova foi encontrada na história política, militar e legal do século XIX – a história cultural e social, por exemplo, obviamente dependem de uma autenticação diferente das fontes e diferentes tipos de prova.¹⁶⁶

Penso que esta longa teorização da prova feita por Carlo Ginzburg – e exibida por mim, nessas páginas, como uma pequena história – também não deva ser recebida como uma estrutura concreta, uma cartilha de ação para o ofício do historiador. O debate sobre a noção de prova está aberto e todas as contribuições são bem vindas. Tentei mostrar como Ginzburg acende a fogueira da discussão e como a noção de prova, apesar de constituir só uma parte do debate atual da historiografia, toca em outras questões cruciais que, muito provavelmente, terão um lugar reservado na pauta do historiador durante os próximos anos.

O guardião da História está – mais do que nunca – de prontidão na entrada do espaço da História no palácio das ciências humanas. Ele quer modificar incessantemente a decoração do quarto, testar as mais variadas possibilidades de disposição dos móveis para consagrar um espaço agradável para tratar as polêmicas da História, “um lugar de encontro, uma praça onde se pode conversar, discutir, consentir”.¹⁶⁷

¹⁶⁶ *Ibid.*, p.8: “We should, in principle, never have embarked upon a debate about truth in history in the first place. Instead, we should have had a debate on proof. On what basis can one argue, as an historian? What does it mean to say that something is historically proven? At what point can we say that an historical claim is refuted? [...]. What we really need is a more subtle notion of proof which, for instance, takes into account all the special problems that confront us when we try to investigate matters that fall outside the traditional domain of historical science. The positivist notion of proof was founded in the political, military, and legal history of the nineteenth century – social and cultural history, for instance, obviously depends upon a different authentication of sources and different types of proof today”.

¹⁶⁷ GINZBURG, Carlo. “Distância e perspectiva: duas metáforas”. In: *Olhos de madeira*, p. 198.

Um frio passa por meu estômago ao pensar que posso ter deixado algo para trás, que minhas leituras confusas ignoraram alguma informação importante. A preocupação é vã, pois com certeza o fiz.

BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hannah. “O conceito de história – antigo e moderno”. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005 (1954).

ARISTOTELES. *Retorica*; edición del texto con aparato crítico, traducción, prólogo y notas por Antonio Tovar. Madrid: Instituto de Estudios Políticos. 1953.

ARISTOTLE. *Rhetoric*; translated by W. Rhys Robert. Mineola, New York: Dover Publications, INC. 2004.

BARTHES, Roland. “A retórica antiga”. In: COHEN, Jean et alii. *Pesquisas de retórica*. Petrópolis: Vozes, 1975.

BARTHES, Roland. “El discurso de la historia”. In: <http://www.scribd.com/doc/7252682/Barthes-El-Discurso-de-La-Historia>, acessado às 23:23 de 21/11/09. (1967).

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 (1924).

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2001 (1949).

BRUHN, Mathias. “Aby Warburg (1866-1929). The survival of an idea”. In: <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/mbruhn/>, acessado às 22:08 de 25/11/09.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (1975).

ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ESPADA LIMA, Henrique. “Narrar, pensar o detalhe: à margem de um projeto de Carlo Ginzburg”. In: http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF15/CG_Lima.pdf, acessado às 14:17 de 21/11/09. (2007).

FRIEDLANDER, Saul (org.). *Probing the limits of representation. Nazism and the final solution*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1992.

GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem. Feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 (1966).

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras (Cia. de Bolso), 1976.

GINZBURG, Carlo. *Indagações sobre Piero: o batismo, o ciclo de Arezzo, a flagelação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 (1981).

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 (1986).

GINZBURG, Carlo. *História Noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (1989).

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. “História e cultura: conversa com Carlo Ginzburg”. In: *Estudos históricos*. n.6, 1990.

GINZBURG, Carlo. “Checking the evidence: the judge and the historian”. In: <http://www.criticalphilosophy.ugent.be/news/Historical/Ginzburg.pdf>, acessado às 15:31 de 20/11/09. (1991).

GINZBURG, Carlo *The judge and the historian: marginal notes on a late-twentieth century miscarriage of justice*. New York: Verso Books, 2002 (1991).

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 (1998).

GINZBURG, Carlo. “Latitudes, slaves and the bible: an experiment in microhistory”. In: <http://www.helsinki.fi/collegium/events/Purry.pdf>, 2000, acessado às 14:36 de 21/11/09.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (2000).

GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 (2000).

GINZBURG, Carlo et GUNDERSEN, Trygve Riiser. “On the dark side of history. Carlo Ginzburg talks to Trygve Riiser Gundersen”. In: www.eurozine.com/articles/2003-07-11-ginzburg-en.html, 2003, acessado às 21:07 de 25/11/09.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRAFTON, Anthony. *What was history? The art of history in early modern europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história”. In: *Humanas: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Vol.23, no. 1/2. Porto Alegre: IFCH, 2000.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999 (1959).

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 (1979).

KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madrid: Editorial Trotta, S.A, 2004 (1975).

MOLINA, Jorge Alberto. “Resenha de Tindale, C. Rhetorical Argumentation. Principles of Theory and Practice. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2004”. In: <http://www.principios.cchla.ufrn.br/21P-267-276.pdf>, acessado às 14:02 de 21/11/09 (2007).

MORAIS GIL, Isabel Teresa. “Retórica e argumentação: continuidade e rupturas”. In: http://z3950.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mat14/Mathesis14_69.pdf, acessado às 23:30 de 21/11/09. (2005).

MOMIGLIANO, Arnaldo. *The classical foundations of modern historiography*. Los Angeles: University of California Press. 1990.

NIETZSCHE, Friedrich. “Verdade e mentira no sentido extramoral”. In: <http://www.scribd.com/doc/7207721/Nietzsche-Verdade-e-Mentira-No-Sentido-Extra-Moral>, acessado às 23:43 de 21/11/09.

NIETZSCHE, Friedrich. “Curso de retórica”. In: *Cadernos de tradução*, n. 4. DF/USP, 1999.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998 (1991).

REVEL, Jacques. “A história ao rés-do-chão”. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: 2000 (1989).

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007 (2000).

VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos? Ensaio sobre a imaginação constituinte*. São Paulo: Brasiliense, 1984 (1983).

WHITE, Hayden. *Metahistoria. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992 (1973).

WHITE, Hayden. *Tropics of discourse: essays in cultural criticism*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1978.